

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A –
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A (PPSA)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

MAIO/2015

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A –
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A (PPSA)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 de 1 de setembro de 2010, da Portaria CGU nº 522 de 04 de março de 2015, da DN TCU nº 134 de 4 de dezembro de 2013, da DN TCU nº 140 de 15 de outubro de 2014 e Portaria TCU nº 90 de 16 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, Maio/2015

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A –
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A (PPSA)

Diretor Presidente

Oswaldo Antunes Pedrosa Junior

Diretores

Antonio Claudio Pereira da Silva

Edson Yoshihito Nakagawa

Renato Marcos Darros de Matos

SUMÁRIO

I	PARTE A, ITEM 1, do ANEXO II da DN TCU n.º 134, de 04/12/2013 - CONTEÚDO GERAL	
1	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	7
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	7
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	8
1.3	Organograma Funcional	10
1.4	Macroprocessos Finalísticos.....	12
2	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	15
2.1	Estruturas de Governança	15
2.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	23
2.3	Sistema de Correição.....	24
2.4	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	25
2.5	Remuneração Paga a Administradores	26
3	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	29
3.1	Canais de Acesso do Cidadão.....	29
3.2	Carta de Serviços ao Cidadão	30
3.3	Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	30
3.4	Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada.....	30
3.5	Avaliação dos Produtos e Serviços pelos Cidadãos-Usuários.....	30
3.6	Medidas Relativas à Acessibilidade.....	30
4	AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	31
4.1	Informações do Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada	31
5	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	32
5.1	Planejamento da Unidade	32
5.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	33
5.3	Informações sobre Custos de Produtos e Serviços	35
5.4	Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional.....	35
5.5	Informações sobre outros resultados da gestão.....	35
6	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	41
6.1	Demonstração da Execução das Despesas	41
6.2	Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	48
6.3	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	49
6.4	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	49
6.5	Transferências de Recursos.....	49
6.6	Suprimento de Fundos.....	49
6.7	Renúncia sob a Gestão da UJ.....	49
6.8	Gestão de Precatórios.....	49
7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	50
7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	50
7.2	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	52
7.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal.....	52
7.4	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	52
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	56
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	56
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	56
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	56
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	57
9.1	Informações sobre os Principais Sistemas Computacionais.....	57
10	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	60
10.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	60
10.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	60
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	60
10.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	60
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	61
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	61

11.2	Apuração dos Custos no Âmbito da Unidade.....	61
11.3	Conformidade Contábil.....	62
11.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	63
11.5	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 4.320/1964.....	63
11.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	63
11.7	Composição Acionária do Capital Social e Investimentos Permanentes em Outras Sociedades.....	64
11.8	Relatório de Auditoria Independente	64
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	65
13	CONCLUSÃO.....	66
14	ANEXOS E APÊNDICES	67

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPIP – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural
AIP – Acordo de Individualização da Produção
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CL – Conteúdo Local
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
DBR – Declaração de Bens e Renda
DEST - Departamento de Coordenao e Governança das Empresas Estatais
DN – Decisão Normativa
E&P – Exploração e Produção
ECO – Excedente da Cessão Onerosa
ERP – Enterprise Resource Planning
FPSO – Floating, Production, Storage and Offloading
GED – Gestão Eletrnica de Documentos
GEL – Gerncia Executiva do Contrato de Libra
GEA – Gerência Executiva dos Acordos de Individualização da Produção
GEE – Gerência Executiva do Contrato dos Excedentes da Cessão Onerosa
GN – Gás Natural
LOA – Lei Orçamentária Anual
MME – Ministério de Minas e Energia
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI – Orçamento de Investimento
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PPA – Plano Plurianual
PDG – Programa de Dispêndios Globais
PPSA – Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCA – Resolução do Conselho de Administração
RDE – Resolução de Diretoria Executiva
SCP – Superintndncia de Comercialização de Petróleo
SDP – Superintndncia de Desenvolvimento e Produção
SER – Superintndncia de Reservatórios
SGPP – Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIORG - Sistema de Informaoes Organizacionais do Governo Federal
SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde
SPA- Sistema de Produção Antecipada
SUE – Superintndncia de Exploração
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TFR – Teste de Formação a Poço Revestido
TLD – Teste de Longa Duração
UEP – Unidades Estacionárias de Produção

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 (A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual).....	7
Figura 1 – Organograma Funcional.....	10
Quadro 2 – (A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas).....	11
Quadro 3 – (A.1.4 – Macroprocessos Finalístico)	14
Quadro 4 – RCA’s, RDE’s e IN’s.....	15
Figura 2 – Estruturas de Governança.....	17
Quadro 5 – (A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ).....	24
Quadro 6 – (A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal).....	27
Quadro 7 – (A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores).....	28
Quadro 8 – Programa de Dispendios Globais.....	34
Tabela 1 – Realização orçamentária PDG.....	34
Figura 3 – Mapa Polígono do Pré-Sal.....	36
Figura 4 – Polígono Libra	36
Gráfico 1 – Recursos – Contrato de Libra.....	40
Quadro 9 – (A.6.1.1 – Programação de Despesas).....	41
Quadro 10 – Contratações de TI.....	41
Quadro 11 – Detalhamento contratações de TI.....	42
Quadro 12 –Projetos Diretoria Técnica e de Fiscalização.....	43
Quadro 13 –Projetos Diretoria de Gestão de Contratos.....	43
Quadro 14 –Projetos Diretoria de Administração Controle e Finanças.....	44
Quadro 15 (A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total).....	47
Quadro 16 – (A.6.2 – Despesas com Publicidade)	48
Quadro 17 – (A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV).....	49
Quadro 18 – (A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ)	50
Quadro 19 – (A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva).....	50
Quadro 20 – (A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ)....	51
Quadro 21 – (A.7.2 – Custo do pessoal).....	52
Quadro 22 – (A.7.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de limpeza e higiene e vigilância).....	53
Quadro 23 – (A.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra).....	54
Quadro 24 – (A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros).....	56
Quadro 25 – Necessidades de Sistemas Informatizados.....	57
Quadro 26 – (A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014)	59
Quadro 27 – (A.10.3 – Demonstrativo de cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR)	60
Quadro 28 – Centros de Custo – Unidades Organizacionais	61
Quadro 29 – (A.11.7.1 – Composição Acionária do Capital Social).....	63

ANEXOS

Anexo I – Relatório de Auditoria das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2014

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas do Tribunal de Contas da União/TCU (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 134/2014 e Portaria TCU nº 90/2014) e da Controladoria Geral da União/CGU (Portaria CGU nº 522/2015), contemplando todas as exigências nelas contidas e observando a estrutura de tópicos apresentada na Portaria TCU nº 90/2014.

O presente relatório visa refletir os atos e fatos relevantes para gestão da empresa que ocorreram ao longo de 2014, respeitando o modelo estipulado pelo Tribunal de Contas da União.

A Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) começou efetivamente o processo de implantação da companhia, em janeiro de 2014 e objetiva estar em fase adiantada de consolidação até o final de 2015.

A empresa concentrou suas ações na gestão do contrato de partilha da produção de Libra, nas negociações dos acordos de individualização da produção em áreas não contratadas no polígono do pré-sal, no processo de estruturação da área de comercialização de petróleo, e nas negociações de futuros contratos dos volumes excedentes da cessão onerosa - ao amparo da decisão do Conselho Nacional de Política Energética, de 24 de junho de 2014.

Em 2014, a Pré-Sal Petróleo S.A trabalhou intensamente, em articulação com o Ministério de Minas e Energia -MME, na elaboração do Contrato de Remuneração, instrumento onde estarão definidas as condições mediante as quais a companhia será remunerada pela prestação dos serviços enunciados anteriormente, e que deverá ser assinado em 2015.

A formação do corpo gerencial encontra-se praticamente concluída. No final de 2014 o quadro era ocupado por 27 profissionais de reconhecida experiência e competência técnica no setor de petróleo, como parte das 30 posições de livre provimento outorgadas à companhia no efetivo total de 180 pessoas.

A partir de 1º de agosto de 2014, a PPSA passou a ocupar as instalações permanentes do Escritório Central, no Edifício Centro Empresarial Internacional Rio - RB1, junto à Praça Mauá, na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro, que vem passando por amplo processo de reurbanização e modernização. No primeiro quadrimestre de 2015, o escritório sede de Brasília deverá estar operando plenamente.

O ano de 2014 foi um ano extremamente laborioso, mas não menos profícuo, em que a PPSA iniciou uma trajetória ascendente de desempenho, implantando rotinas de funcionamento técnico e administrativo que permitiram o crescimento das atividades e suportaram, de maneira compatível, a missão da companhia, em estrita consonância com a legislação aplicada às empresas públicas.

Em 2015, podemos assegurar que a PPSA, ciente e consciente da sua responsabilidade, seguirá evoluindo e renovará o seu compromisso em colocar, com entusiasmo e dedicação, o melhor da sua competência a serviço do desenvolvimento e perpetuidade do pré-sal brasileiro, investindo em pessoas e estreitando o relacionamento ético e profissional com o Acionista União Federal e demais partes relacionadas, reafirmando a importância do novo modelo de partilha da produção na promoção da cidadania e da inclusão social em nosso País.

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 (A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A			
Denominação Abreviada: PPSA			
Código SIORG: 109913		Código LOA: :32369	Código SIAFI: não se aplica
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 18.738.727/0001-36	
Principal Atividade: ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			Código CNAE: 09.10-6-00
Telefones/Fax de contato:	(021) 3513-7701	(021) 3513-7706	
Endereço Eletrônico: Não disponível			
Endereço Postal: Av. Rio Branco n.º 1, 4º Andar, Centro. CEP 20.090-00, Rio de Janeiro - RJ			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 12.304/2010 e Decreto nº 8.063/2013.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 8.063/2013.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
N/A			

Fonte: Assessoria Diretor Presidente

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Conforme reza o art. 4º da Lei 12.304/2010 e reafirma o Decreto nº 8.063, de 01 de agosto de 2013, que criou o Estatuto Social, à Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, especialmente:

- a) Representar a União nos consórcios formados para a execução dos contratos de partilha de produção;
- b) Defender os interesses da União nos comitês operacionais;
- c) Avaliar, técnica e economicamente planos de exploração, de avaliação, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, bem como fazer cumprir as exigências contratuais referentes ao conteúdo local;
- d) Monitorar e auditar a execução de projetos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;
- e) Monitorar e auditar os custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e
- f) Fornecer à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP as informações necessárias às suas funções regulatórias.

II - praticar todos os atos necessários para gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, especialmente

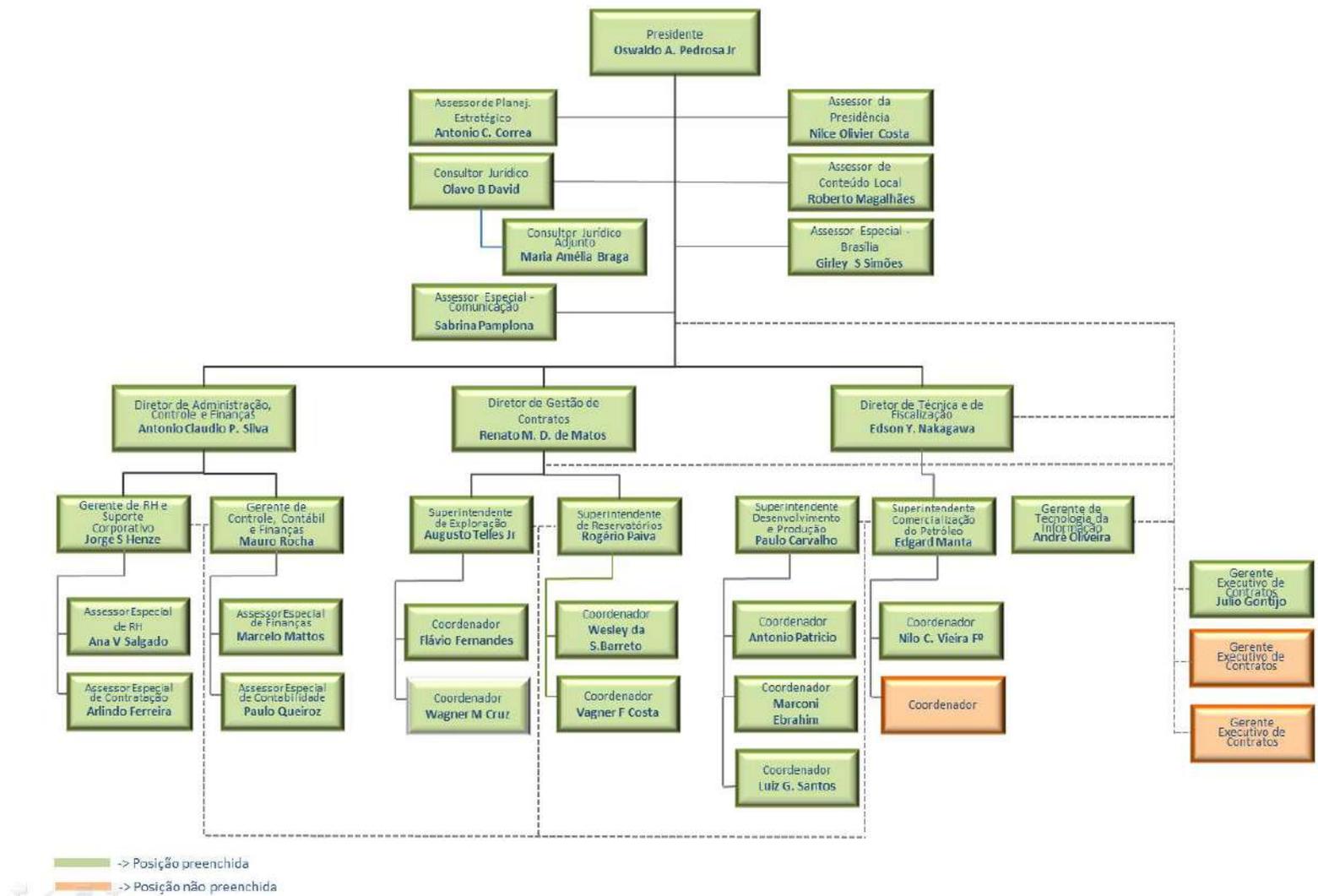
- a) Celebrar os contratos com agentes comercializadores, representando a União
- b) Verificar o cumprimento, pelos contratados, da política de comercialização de petróleo e gás natural da União; e
- c) Monitorar e auditar as operações, os custos e os preços de venda de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos

III - Analisar dados sísmicos fornecidos pela ANP e pelos contratados sob o regime de partilha de produção; e

IV - representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do Pré-Sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção.

Parágrafo único: No desempenho das competências previstas no inciso I do caput, a PPSA observará, nos contratos de partilha de produção, as melhores práticas da indústria do petróleo

1.3 Organograma Funcional – Figura 1



Fonte: Assessoria Diretor Presidente

Quadro 2 (A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência de Exploração	Análise de programas exploratórios e de avaliação de descobertas, reconhecimento de custos exploratórios, etc.	Augusto Carlos da Silva Telles Jr.	Superintendente	03/fev – 31/dez
Superintendência de Reservatórios	Análise de planos de avaliação de descobertas e de desenvolvimento, reconhecimento de custos de desenvolvimento, etc.	Rogério Ferreira de Paiva	Superintendente	06/mar – 31/dez
Superintendência de Desenvolvimento e Produção	Análise e acompanhamento de planos de desenvolvimento, reconhecimento de custos de desenvolvimento, produção e desativação, etc.	Paulo Moreira de Carvalho	Superintendente	06/mai – 31/dez
Superintendência de Comercialização do Petróleo	Gestão dos contratos de comercialização, avaliação e proposição dos termos contratuais, etc.	Edgard Bobba Manta	Superintendente	06/mai – 31/dez
Gerência Executiva do Projeto Libra	Coordenar matricialmente os recursos técnicos necessários à gestão do Projeto	Júlio Eustáquio Gontijo	Gerente Executivo	25/abr – 31/dez

1.4 Macroprocessos Finalísticos

I – Gestão de contrato de partilha de produção

a) Descrição sucinta: a gestão do contrato de partilha visa maximizar o resultado econômico, representando os interesses da União, o que engloba eleger as melhores alternativas tecnológicas e negociais e otimizar a recuperação dos recursos petrolíferos, zelando pelo cumprimento do compromisso contratual de conteúdo local e pela adoção das melhores práticas;

b) Principais atividades relacionadas: presidir o Comitê Operacional do contrato, reconhecimento dos custos que formarão o custo em óleo, aprovação da contratação de bens e serviços, aprovação de planos e programas;

c) Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada: a PPSA é remunerada pela gestão dos contratos de partilha, considerada a fase do contrato (exploração, desenvolvimento ou produção) e a área do bloco (cf. § único do art.7º da Lei 12.304/2010)

d) Unidades técnicas diretamente responsáveis: Diretoria de Gestão de Contratos e Diretoria Técnica e de Fiscalização;

e) Principais insumos e fornecedores para a execução de cada macroprocesso: alternativas avaliadas no Comitê Operacional, remessas de dados de gastos, propostas de contratações de bens e serviços, todas encaminhadas pelo operador do contrato.

f) Principais clientes e parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à execução dos macroprocessos finalísticos e a forma de implementação das parcerias: operador do contrato, membros do consórcio, órgão regulador setorial (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ministério de vinculação (Ministério de Minas e Energia).

II – Negociação de acordo de individualização da produção (AIP)

a) Descrição sucinta: quando uma jazida se estende para fora dos limites de uma área contratada, dentro do Polígono do Pré-sal ou em área estratégica, a PPSA representa a União na negociação do acordo de individualização da produção, necessário para sua avaliação e desenvolvimento otimizado;

b) Principais atividades: a negociação envolve os seguintes pontos principais: divisão de direitos e obrigações das partes que envolverem ou impactarem a União e o interesse público; as participações na jazida compartilhada; a possibilidade de ocorrência de redeterminações com seus critérios, condições, prazos, limites e quantidade; os percentuais e regras de conteúdo local; as obrigações de cada Parte relativas ao pagamento das participações e receitas governamentais e de terceiros; a vigência do AIP; os mecanismos de solução de controvérsias; o plano de desenvolvimento da jazida compartilhada;

c) Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada: o produto é um AIP assinado e apresentado ao órgão regulador setorial para aprovação, permanecendo a PPSA como representante da União na condução das operações na área individualizada até que ela seja licitada;

d) Unidades técnicas diretamente responsáveis: : Diretoria de Gestão de Contratos e Diretoria Técnica e de Fiscalização;

e) Principais insumos e fornecedores para a execução de cada macroprocesso: propostas e contrapropostas do titular dos direitos de E&P da parte da jazida sob contrato;

f) Principais clientes e parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à execução dos macroprocessos finalísticos e a forma de implementação das parcerias: titular dos direitos de E&P da parte da jazida sob contrato, órgão regulador setorial (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ministério de vinculação (Ministério de Minas e Energia).

III – Gestão de contrato de comercialização

a) Descrição sucinta: a gestão dos contratos de comercialização se dará através do monitoramento do cumprimento, pelo agente de comercialização, da política comercial que será definida pelo CNPE, e das condições do contrato a ser assinado entre esse agente e a PPSA;

b) Principais atividades: acompanhamento permanente da atuação do agente de comercialização na prospecção das alternativas de colocação do óleo e gás da União no mercado; monitoramento e auditoria dos resultados obtidos; e aprovação e reembolso dos custos incorridos pelo agente no desenvolvimento de sua atividade;

c) Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada: celebração dos contratos de venda do óleo e gás da União;

d) Unidades técnicas diretamente responsáveis: diretoria Técnica e de Fiscalização;

e) Principais insumos e fornecedores para a execução de cada macroprocesso: Acompanhamento e avaliação constante das variáveis que afetam o resultado econômico das vendas de óleo e gás no mercado internacional, tais como preços absolutos e relativos, e suas tendências, preços de petróleos concorrentes, preços dos derivados e margens de refino, fretes de petróleo .

f) Principais clientes e parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à execução dos macroprocessos finalísticos e a forma de implementação das parcerias: Petrobras, como operadora dos contratos de partilha, e outros operadores em geral, as demais companhias participantes dos consórcios produtores (partilha e AIP), órgão regulador setorial (ANP), ministério de vinculação (MME), agente de comercialização, companhias internacionais e companhias de distribuição de GN no Brasil.

Quadro 3 (A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos)

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de contrato de partilha de produção	A gestão do contrato de partilha visa maximizar o resultado econômico, representando os interesses da União, o que engloba eleger as melhores alternativas tecnológicas e negociais e otimizar a recuperação dos recursos petrolíferos, zelando pelo cumprimento do compromisso contratual de conteúdo local e pela adoção das melhores práticas;	<ul style="list-style-type: none"> Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada: a PPSA é remunerada pela gestão dos contratos de partilha, considerada a fase do contrato (exploração, desenvolvimento ou produção) e a área do bloco (cf. § único do art.7º da Lei 12.304/2010) 	<ul style="list-style-type: none"> Agentes econômicos, Governo, Órgãos de controle. ANP 	<ul style="list-style-type: none"> SUE, SER, SDP, GEL, GEE
Negociação de acordo de individualização da produção (AIP)	Quando uma jazida se estende para fora dos limites de uma área contratada, dentro do Polígono do Pré-sal ou em área estratégica, a PPSA representa a União na negociação do Acordo de Individualização da Produção - AIP, necessário para sua avaliação e desenvolvimento otimizado;	<ul style="list-style-type: none"> Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada: o produto é um AIP assinado e apresentado ao órgão regulados setorial para aprovação, permanecendo, a PPSA, como representante da União na condução das operações na área individualizada até que ela seja licitada; 	<ul style="list-style-type: none"> Agentes econômicos, Governo; Órgãos de controle ANP 	<ul style="list-style-type: none"> GEA, SUE, SER, SDP
Gestão de contrato de comercialização	A gestão dos contratos de comercialização se dará através do monitoramento do cumprimento pelo agente de comercialização da política comercial que será definida pelo CNPE, e das condições do contrato a ser assinado entre esse agente e a PPSA;	<ul style="list-style-type: none"> Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada: Celebração dos contratos de venda do óleo e gás da União; 	<ul style="list-style-type: none"> Agentes econômicos, Governo; Órgãos de controle 	<ul style="list-style-type: none"> SCP

Fonte: Assessoria Diretor Presidente

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

2.1 Estruturas de Governança

O Estatuto Social da PPSA traz uma série de regramentos e governanças que norteiam os atos da administração. O parágrafo 2º, do artigo 17, do estatuto, define que a estrutura organizacional interna da PPSA e as funções das áreas que a compõem estão definidas em Regimento Interno, elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Regimento Interno foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da PPSA em agosto de 2014. Este Regimento Interno complementa o Estatuto Social da PPSA, definindo competências, normas básicas e procedimentos para o funcionamento da empresa. O caput do próprio artigo 17 traz que a PPSA será administrada pelo Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria Executiva. Desde a posse da Diretoria Executiva a PPSA vem estruturando seu quadro de empregados e envidando esforços na implantação de normativos e governança.

Neste sentido, levando em consideração o estágio inicial de implantação da PPSA, previsto para o biênio 2014/2015, no ano de 2014, além da aprovação do Regimento Interno da PPSA, as Resoluções do Conselho de Administração (RCA), as Resoluções da Diretoria Executiva (RDE), as Instruções Normativas (IN) e Portarias (P) têm servido ao propósito de implantar governança para alguns dos processos básicos administrativos e operacionais.

O quadro abaixo apresenta um resumo de todas as RCA's, RDE's e IN's, com as respectivas governanças tratadas:

Quadro 4 - RCA's, RDE's e IN's

Reunião	Ata	Governança	Regramento
3ª RDE 1ª RCA	5/11/2013 6/11/2013	Procedimento Administrativo de Recursos Humanos	Plano Organizacional: Estrutura de Recursos Humanos matricial com definição de faixas de remuneração e subordinação hierárquica
11ª RDE	3/02/2014	Procedimento Administrativo de Recursos Humanos	Rotina de funcionamento administrativo, como jornada e trajas de trabalho, calendário, etc
11ª RDE	3/02/2014	Procedimento Administrativo de Viagens Nacionais	Aprovar a prestação de contas de viagens nacionais a serviço, como solução temporária, para fins de reembolso de despesas
12ª RDE	5/02/2014	Procedimento Administrativo de Fundo Fixo	Cria Fundo Fixo para GAS com valor de R\$1.000,00 e valor máximo por compra de R\$300,00
12ª RDE	5/02/2014	Procedimento Administrativo de Viagens Internacionais	Aprovar a prestação de contas de viagens internacionais a serviço, como solução temporária, para fins de reembolso de despesas
2ª RDE	5/02/2014	Procedimento Administrativo de Recursos Humanos	Procedimentos para se efetivar a cessão de servidor ou empregado de órgão ou empresa pública para PPSA
4ª RCA	6/02/2014	Procedimento Administrativo de	Delega ao Diretor-Presidente a autorização de contratações de bens e serviços até o limite

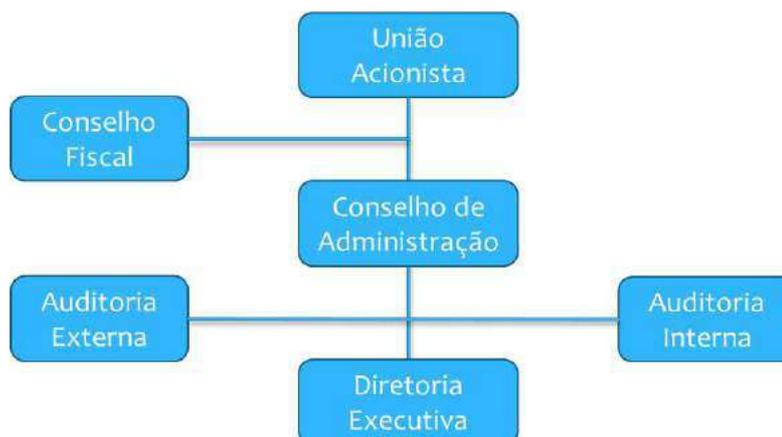
		Contratação de Bens e Serviços	individual de R\$350 mil. Entre R\$350 mil e R\$450, fica o Diretor-Presidente autorizado a contratar bens e serviços, porém deve apresentar posteriormente justificativa ao Conselho de Administração. Acima de R\$450 mil a contratação de bens e serviços deverá ser submetida à apreciação e aprovação do Conselho de Administração.
25ª RDE	0/06/2014	Procedimento Administrativo de RDE	Instrução Normativa nº 01/2014 - Procedimentos de preparação e realização das Reuniões de Diretoria Executiva
25ª RDE	0/06/2014	Regimento Interno	Aprovação do Regimento Interno da PPSA para encaminhamento ao Conselho de Administração
29ª RDE	0/07/2014	Procedimento Administrativo de Viagens Nacionais	Limita em R\$100,00 e U\$50,00 por dia o reembolso de gasto com alimentação em viagens nacionais e internacionais, respectivamente
31ª RDE	2/07/2014	Procedimento Administrativo de Fundo Fixo	Altera Fundo Fixo da GAS para o valor de R\$3.000,00 e valor máximo por compra de R\$900,00
10ª RCA	9/08/2014	Regimento Interno	Aprovação do Regimento Interno da PPSA
41ª RDE	7/10/2014	Procedimento Administrativo de Contratação de Bens e Serviços	Instrução Normativa nº 02/2014 - Procedimentos para contratação de bens e serviços Exceto para contratação estratégicas e dos auditores independentes o Conselho de Administração delegou para cada um dos diretores a autorização de contratações de bens e serviços até o limite individual de R\$100 mil, dada ciência à Diretoria Executiva. Acima de R\$100 mil à Diretoria Executiva
41ª RDE	7/10/2014	Procedimento Administrativo de Fundo Fixo	Cria Fundo Fixo da GTI com valor de R\$1.000,00 e valor máximo por compra de R\$300,00

Fonte: Gerente de Controle Contábil e Finanças

As portarias, prerrogativa exclusiva do Diretor-Presidente, tem função especial de autorização e/ou designação, não trazendo regulação de governança, sendo, portanto instrumento de execução.

As estruturas de governança, da PPSA, são como segue abaixo:

Figura 2 – Estruturas de Governança



A base normativa da estrutura, acima apresentada, é o Decreto 8.063/13, aprova o estatuto social da PPSA.

A Companhia prosseguiu na implantação dos controles internos essenciais ao desenvolvimento do seu processo de governança, e atendeu plenamente às demandas que lhe foram apresentadas pelos Órgãos Governamentais.

A seguir, apresentamos a forma de atuação e as competências de cada ator deste processo:

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão da PPSA com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social.

Compete, privativamente, à Assembleia Geral deliberar sobre:

- I - avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital;
- II - modificação do capital social;
- III - transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Sociedade;
- IV - permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- V - eleição e destituição de liquidantes, julgando-lhes as contas;
- VI - eleição e destituição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
- VII - fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- VIII - contas dos administradores e sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas anualmente; e
- IX - promoção de ação de responsabilidade civil, a ser movida pela PPSA contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, em conformidade com o disposto no art. 159 da Lei no 6.404, de 1976.

A Assembleia Geral é convocada pelo Conselho de Administração. A Assembleia Geral, também, pode ser convocada pelo Conselho Fiscal, no caso de Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação e, no caso da Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo, na ordem do dia das Assembleias, as matérias que considerarem necessárias.

Nas Assembleias Gerais são deliberados exclusivamente os assuntos constantes dos editais de convocação, vedada a inclusão de assuntos gerais nas pautas.

As reuniões ordinárias da Assembleia Geral ocorrem nos quatro primeiros meses de cada exercício social, para os fins previstos em lei. As reuniões extraordinárias da Assembleia Geral ocorrem sempre que necessário, observadas as prescrições legais e estatutárias no tocante à sua competência, convocação, instalação e deliberações.

As Assembleias Gerais são presididas pelo Diretor-Presidente da PPSA, ou substituto que este vier a designar e, na ausência de ambos, pelo representante da União.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é formado por cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre brasileiros de notório conhecimento e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada.

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrem mensalmente e as reuniões extraordinárias sempre que convocadas pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples de votos dos presentes, registrados em ata, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.

Compete ao Conselho de Administração:

I - convocar, nos casos previstos em lei e neste Estatuto, a Assembleia Geral, e apresentar propostas para sua deliberação;

II - informar à Assembleia Geral e à Diretoria Executiva sobre suas deliberações relativas ao âmbito de atuação, as políticas, diretrizes, estratégias e planos de atividades da PPSA, para assegurar a consecução de seus objetivos sociais;

III - avaliar e aprovar os contratos e convênios a serem firmados pela PPSA, conforme normas especificadas no regimento interno;

IV - determinar o limite de valor acima do qual contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva, deverão ser submetidos à sua aprovação;

V - aprovar o orçamento anual, o programa de investimentos da PPSA e o plano plurianual;

VI - manifestar e encaminhar à Assembleia Geral:

a) relatório da administração e contas da PPSA;

b) proposta de alteração do capital social;

c) proposta de destinação de resultados; e

d) proposta de alteração do Estatuto Social;

VII - aprovar o regimento interno da PPSA, que detalhará as atribuições dos diretores, sua estrutura organizacional e seu funcionamento, observado o disposto neste Estatuto;

VIII - definir as normas específicas para contratação de pessoal permanente da PPSA por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

IX - acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades da PPSA na execução do plano plurianual e dos contratos e convênios por ela firmados;

X - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e documentos da PPSA, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos por ela acompanhados, contratos por ela celebrados, ou em vias de celebração, aditivos contratuais, quaisquer outros atos praticados pelos dirigentes, e sobre as providências adotadas para regularizar diligências do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;

XI - fiscalizar o cumprimento, pela Diretoria Executiva, dos planos, programas, diretrizes e metas definidas pelo Conselho de Administração para a PPSA;

XII - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, e a rescisão dos respectivos contratos;

XIII - autorizar a contratação de empréstimos, seguros, obras, serviços, projetos, pesquisas, profissionais autônomos e a prestação de cauções, avais e fianças de interesse da PPSA;

XIV - encaminhar ao Ministério supervisor proposta de quadro quantitativo de pessoal, planos de criação de cargos, plano de previdência complementar, plano de renovação de quadro de pessoal, carreiras, remuneração, benefícios e vantagens;

XV - nomear e destituir o titular da Auditoria Interna por proposta do Presidente do Conselho de Administração, mediante aprovação da Controladoria Geral da União;

XVI - autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens imóveis;

XVII - decidir sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;

XVIII - conceder licença ao Diretor-Presidente;

XIX - aprovar norma de concessão de férias aos membros da Diretoria Executiva, facultada a conversão em espécie, sendo vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo;

XX - promover, ao menos uma vez ao ano, sessão executiva sem a presença do Diretor-Presidente da PPSA, inclusive para aprovação do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINTE;

XXI - promover, anualmente, avaliação formal do desempenho da Diretoria Executiva e de cada Diretor, conforme critérios definidos no regimento interno; e

XXII - dirimir dúvidas e eventuais omissões deste Estatuto.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral. Os conselheiros tem um período de gestão de quatro anos, admitida uma recondução.

As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal ocorrem a cada mês e as reuniões extraordinárias quando convocado pelo seu Presidente. Os integrantes do Conselho Fiscal serão destituídos por decisão da Assembleia Geral.

Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração, e fazer constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da PPSA, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis;

V - convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias consideradas necessárias;

VI - analisar, no mínimo com periodicidade trimestral, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela PPSA;

VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII - exercer suas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

IX - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria;

X - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XI - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o Órgão Colegiado de Direção Geral da PPSA, à qual incumbe exercer a gestão dos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é integrada por pessoas naturais, residentes no País, dotadas de reputação ilibada, idoneidade moral, capacidade técnica compatível com o cargo, e notórios conhecimentos, inclusive sobre as práticas de governança corporativa.

Todos os diretores e o Diretor-Presidente da PPSA foram nomeados pelo Presidente da República, após indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia.

O prazo de gestão dos Diretores é de três anos, permitida a recondução.

Compete à Diretoria Executiva deliberar, para submissão ao Conselho de Administração, sobre:

I - planos, programas, planejamento estratégico, orçamentos, financiamentos, normas, regimento interno e outros atos de gestão;

II - a estrutura da PPSA e seu plano organizacional;

III - o orçamento anual, relatório anual, demonstrações financeiras, destinação dos resultados e outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;

IV - marcas e patentes, normas e insígnias;

V - atos de renúncia ou transação judicial para pôr fim a litígios ou pendências em que seja parte a PPSA;

VI - prestação de garantias; e

VII - aquisição, alienação e a oneração de bens imóveis, que envolvam recursos financeiros cujos limites sejam superiores àqueles previamente definidos pelo Conselho de administração.

Compete também à Diretoria Executiva:

I - aprovar as normas de planejamento, da organização e do controle dos serviços e atividades da PPSA;

II - cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, as normas da PPSA e as determinações do Conselho de Administração;

III - indicar os representantes da PPSA nos comitês operacionais;

IV - orientar a atuação dos representantes da PPSA nos comitês operacionais;

V - decidir sobre aquisição, alienação e a oneração de bens imóveis, que estejam contemplados em seu limite de competência; e

VI - analisar e aprovar questões acompanhadas de forma individual pelos Diretores da PPSA, conforme estabelecido no Regimento Interno.

As reuniões ordinárias da Diretoria Executiva ocorrem uma vez por semana, e as reuniões extraordinárias sempre que convocada pelo Diretor-Presidente da PPSA, com a presença de pelo menos dois de seus membros.

As decisões colegiadas da Diretoria Executiva são adotadas por maioria absoluta de seus membros, presentes no mínimo três quintos deles, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de qualidade. Das reuniões da Diretoria são lavradas atas, nas quais são consignadas as deliberações adotadas.

Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração.

Quanto à vinculação, a Unidade de Auditoria Interna está subordinada ao Conselho de Administração. Esta vinculação tem o objetivo de proporcionar à Unidade de Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a permitir-lhe desenvolver suas atividades com maior autonomia e independência, de acordo com o § 3º, do art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.

Compete à Auditoria Interna:

- a) Verificar a conformidade dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos em relação às normas vigentes, bem como, quando determinado pelo Conselho de Administração, das ações de caráter técnico-operacional;
- b) Criar condições necessárias para ratificar a eficácia dos controles interno e externo, zelando pela regularidade na utilização dos recursos públicos;
- c) Orientar preventivamente a administração para observância da legislação específica e das normas correlatas;
- d) Inspeccionar regularmente a execução física e financeira dos projetos e atividades internos, inclusive daqueles executados por terceiros;
- e) Realizar auditorias financeiras, contábeis e administrativas com o propósito de avaliar e mensurar a exatidão e regularidade das contas da Empresa, avaliando a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos;
- f) Executar auditorias extraordinárias de cunho específico que, no interesse da administração, venham a ser determinadas pelo Conselho de Administração da PPSA;
- g) Recomendar a adoção e o aprimoramento de ações que tenham o fim de dar transparência às atividades da empresa e à utilização dos recursos públicos, pela ênfase em publicidade das decisões e fluxos financeiros, como forma de prestar contas à sociedade como um todo;
- h) Zelar pela independência, imparcialidade, e profissionalização dos agentes que compuserem os quadros de controle interno;
- i) Restringir-se à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade;
- j) Adotar regulamento próprio para o corpo de auditoria interna;

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Desde o início das suas atividades, em novembro de 2013, a indicação do auditor interno foi uma preocupação que frequentou com regularidade as reuniões da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal. O Conselho de Administração da PPSA, na 14a Reunião Ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2014, aprovou a indicação do auditor interno, que foi nomeado no dia 06 de abril de 2015. Por conseguinte, no exercício de 2014, não houve atuação da unidade de auditoria interna.

a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Não aplicável

b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Não aplicável

c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

Desde o início das suas atividades, a indicação do auditor interno foi uma preocupação constante, sendo tema frequente das reuniões da Diretoria Executiva, e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

O Conselho de Administração da PPSA, na 14a Reunião Ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2014, decidiu aprovar a indicação do auditor interno, que foi nomeado no dia 06 de abril de 2015.

Considerando o exposto acima, no ano de 2014 não foram realizadas atividades de auditoria.

d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Não houve mudança na estrutura organizacional da auditoria interna.

e) opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

Tendo em vista a nomeação recente do Auditor Interno, não foram realizadas atividades relacionadas à avaliação dos Controles Internos.

2.3 Sistema de Correição

Não se aplica a PPSA.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 5 – (Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise crítica e comentários relevantes:					
A PPSA, a caminho da metade de seu segundo ano pleno de atividades, encontra-se em fase de implantação, correspondente ao biênio 2014/2015, em que pese o franco desenvolvimento da gestão do contrato de partilha da produção do Prospecto de Libra e a negociação em curso de diversos contratos de individualização da produção. Este raciocínio, por similaridade aplicado pelo TCU para caracterizar a prestação de informações da gestão de 2014 no processo anual de tomada de contas, justifica o fato de que 37% dos itens foram respondidos com a avaliação (3), indicando que não há como avaliar o ponto colocado. Por outro lado, 60% dos itens avaliados mostram observância total ou em sua maioria com o conteúdo da afirmativa. Em outras palavras, há um quociente de satisfação bastante razoável com o que a Companhia pôde realizar, segundo a ótica de controles internos e avaliação de riscos.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Diretoria Executiva

2.5 Remuneração Paga a Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração dos dirigentes é baseada em critérios aprovados através do Ofício nº 1501/DESTMP e Nota Técnica nº 443 de 11/10/2013, para o período nov/13 a mar/14 e do Ofício nº 827/DESTMP e Nota Técnica nº 219 de 26/05/2014, para o período abr/14 a mar/15, cumprindo o estabelecido no Estatuto Social da Empresa.

A remuneração é composta de honorários, gratificação natalina, gratificação de férias, remuneração variável, quando aplicável, e benefícios (assistência médica e odontológica e auxílio refeição). A proporção de cada elemento na remuneração total está distribuída em 87% para honorários; 7% para a gratificação natalina; 2% para a gratificação de férias e 4% para os benefícios.

A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração inicial foi fixada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e vem sendo reajustada anualmente pela variação do IPCA, referente ao período de abril a março. Ainda não há definição quanto a RVA. A composição da remuneração está compatível com outras empresas do setor de óleo e gás e o caráter estratégico da Empresa.

Não se aplica indicadores de desempenho na determinação de cada elemento da remuneração. A política de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada através de visão estratégica do segmento óleo e gás.

Não há remuneração suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos e também não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro 6 - A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Almeida, MAM			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Chambriard, MMR			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Silveira, AHP			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Chiavon, EMCD			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Pedrosa Junior, AO			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Gosmann, HL (T)			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Araújo, SCS (T)			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51
Dantas, GS (T)			6275,00	6275,00	6275,00	6520,35	6520,35	9780,53	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	6520,35	9780,53	84028,51

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 7 (A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores)

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.453.706,64	464.179,98	
a) salário ou pró-labore	3.100.326,90	409.966,70	
b) benefícios diretos e indiretos (Ass. Médica e Auxílio Ref)	92.565,64	12.379,95	
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros (Gratíf. Natalina)	260.814,10	41.833,33	
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	3.453.706,64	464.179,98	
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

A PPSA não adota remuneração variável.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de Acesso do Cidadão

A Pré-Sal Petróleo S.A iniciou, em 2014, a composição de sua área de comunicação. Desde a criação da Assessoria Especial de Comunicação, em março do referido ano, um leque de ações foi iniciado para estabelecer diálogo com públicos da empresa e adotar estruturas necessárias à comunicação da companhia com a sociedade.

Estudos de diagnóstico e estratégia com diretrizes para a marca da empresa foram iniciados no segundo semestre do ano, assim como procedimentos administrativos para a criação da identidade visual da PPSA. A marca e a identidade visual servirão de base para procedimentos de comunicação da PPSA e o desenvolvimento da arquitetura e conteúdo de seu *website*, pelo qual será possível disponibilizar informações e canais de acesso ao cidadão aplicáveis à PPSA.

O projeto de *website* está previsto no orçamento da PPSA para 2015. O projeto deverá considerar ferramentas tecnológicas que viabilizem o acesso do público a informações, conforme Decreto 6.932/2009 e Lei 12.527/2011.

Enquanto o *website* é projetado e a PPSA se estrutura para disponibilizar suas informações por meio de seu próprio *website*. Relatórios da empresa têm sido publicados no site do Ministério de Minas e Energia (MME), que disponibilizou em seu site uma parte dedicada à PPSA. Também temos respondido a demandas de cidadãos por meio do Serviço de Acesso à Informação do Ministério de Minas e Energia (MME).

Considerando que está em fase de implantação, a PPSA ainda não possui funcionário(s) destinados ao SIC. A companhia, contudo, se disponibiliza a prestar atendimento a indivíduos que entram em contato direto por telefone ou e-mail, fornecendo informações sobre suas atividades.

Em 2014, a PPSA realizou uma série de ações de relacionamento com públicos e atendimento à imprensa. A companhia respondeu ao longo do ano a dezenas de demandas de jornalistas, o que resultou na veiculação de diversas reportagens sobre a companhia e suas atividades. Tanto pela grande imprensa como por meio de veículos especializados, a sociedade tem sido informada das atividades da Pré-sal Petróleo S.A. e suas atribuições. Todos os jornais da grande imprensa veicularam reportagens sobre a companhia e suas atividades.

A companhia se apresentou, ao longo do ano, em dezenas de palestras em eventos organizados por entidades representativas da indústria, do setor financeiro, de universidades, entre outros. Cerca de 30 palestras foram realizadas por representantes da PPSA com o objetivo de se relacionar com seus públicos e lhes apresentar a companhia, sua estrutura, contribuindo para informar a sociedade sobre a PPSA e questões relativas ao pré-sal. Nestes eventos, a PPSA teve oportunidade de dialogar com estudantes, jornalistas, analistas de mercado, investidores, executivos, governantes, autoridades nacionais e internacionais, entre outros públicos presentes. Esclarecimentos à imprensa e a participantes de diversas origens também foram prestados no âmbito dos respectivos eventos.

3.2 Cartas de Serviços ao Cidadão

Este subitem não se aplica à Pré-sal Petróleo S.A (PPSA), considerando que o artigo 11 do decreto 6.932/2009 estabelece que a *Carta de Serviço ao Cidadão* deve ser apresentada por órgãos e entidades do governo federal que prestam serviços diretamente ao cidadão, o que não é o caso da companhia.

3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

O subitem não se aplica à PPSA, considerando que a companhia não presta serviços diretamente ao cidadão, pressuposto para adoção de mecanismos para medir satisfação de produtos e serviços ao cidadão

3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

Enquanto o *website* é projetado, a PPSA publica informações no *website* do Ministério de Minas e Energia (MME). O MME disponibilizou em seu sítio um local dedicado à PPSA.

O caminho de **acesso às informações da PPSA na internet** é o website do MME, ao qual a PPSA é vinculada, no endereço:

<http://www.mme.gov.br/>, clicando em seguida em *PPSA*, no item *órgãos vinculados*;

ou diretamente no link:

<http://www.mme.gov.br/web/guest/entidades-vinculadas-e-afins/ppsa>, onde o cidadão poderá encontrar relatórios de atividades e outros documentos de interesse enviados pela PPSA ao MME para publicação.

3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

O subitem não se aplica ao caso da PPSA, considerando que a companhia não presta serviços diretamente ao cidadão, premissa para a necessidade de uma pesquisa de satisfação junto aos usuários de seus serviços.

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

A PPSA ocupa um edifício comercial cujo condomínio mantém medidas adequadas para garantir a acessibilidade em suas áreas comuns, em conformidade com a legislação e as normas técnicas. No seu ambiente exclusivo, o projeto de ampliação das instalações programadas para o presente exercício contempla a adaptação das instalações para garantir a acessibilidade, inclusive com instalações sanitárias apropriadas.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações do Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada

A PPSA é uma instituição que intermedia os interesses de agentes econômicos e o da União. Os primeiros se manifestam pela maximização do lucro no menor prazo possível. O segundo significa a aderência às políticas públicas, a maximização do ganho econômico e da recuperação dos recursos. A capacidade de interlocução será, portanto, uma competência indissociável da finalidade da empresa.

Não há instituição que se assemelhe à PPSA quanto às suas atribuições legais. Do ponto de vista de resguardo do interesse público, há alguma interface com a missão do órgão regulador setorial. Do ponto de vista do ganho financeiro há paralelismo com a empresa petrolífera estatal de economia mista, na qual a União auferir ganho por participação acionária, modalidade absolutamente diversa da participação direta na produção de petróleo que a PPSA propicia.

A PPSA provê para a União os serviços especializados de gestão dos contratos de partilha da Produção, de negociação dos acordos de individualização da produção e de gestão da comercialização de óleo e gás. São atividades típicas de empresas do setor petrolífero sem, todavia, englobar a operação direta, limitando-se a fazer uso de agentes econômicos especializados.

Como ameaças à PPSA, quanto ao desempenho da sua missão, pode-se citar a cooptação pelos agentes econômicos ou pelo estamento governamental, a perda da excelência técnica, a burocratização excessiva e mudanças na base do mercado de energia e na política energética do País. Como oportunidades são evidentes a imediata produção de Libra, a operacionalização dos AIPs e a implantação enxuta e competente da Empresa.

A empresa se prepara para assinar, com o Ministério de Minas e Energia, um contrato de remuneração pelos serviços prestados à União, dos quais a PPSA presta contas semestralmente do andamento por meio de relatórios. O consórcio titular dos direitos de E&P pelo contrato de partilha recebe sempre que necessária a manifestação da Empresa sobre os aspectos técnicos e negociais do projeto. A empresa se empenha na negociação dos AIPs com os afetados, manifestando-se tempestivamente sobre os aspectos técnicos, regulatórios e jurídicos que os acordos envolvem.

Até o momento, a atuação da PPSA se restringe à gestão do Projeto Libra e à negociação dos AIPs. Na gestão de Libra, o plano de negócio contempla o gerenciamento de três tipos de risco: (i) geológicos, de reservatórios e de fluidos, minimizados pela estruturação de projetos que procuram maximizar o conhecimento da jazida ao longo das atividades, (ii) relacionados à disponibilidade de bens e serviços que atendam o compromisso de conteúdo local, gerenciados pela estruturação de um planejamento para esse atendimento e (iii) relacionados ao aproveitamento dos recursos, contemplado na avaliação de alternativas tecnológicas (p. ex., para aproveitamento do gás produzido) e de comercialização.

Os primeiros dois anos de constituição da Empresa coincidiram com um período de relativa retração da atividade setorial no País, com a suspensão de novas licitações de áreas, escassez de investimento, com conseqüente desmobilização do segmento de serviços; a recente queda dos preços do petróleo introduziu maior risco na viabilidade de grandes projetos como os do pré-sal.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento Institucional

A PPSA ainda não têm um Plano Estratégico formal. Como a implantação da Empresa se efetua concomitantemente com o exercício das atividades fins de gestão do Contrato de Libra e negociação dos acordos de individualização da produção, o planejamento das atividades e a definição dos aspectos estratégicos têm sido elaborados na medida da necessidade e tendo como direcionamento principal o objeto que a Lei 12.304/2010 define para a Companhia.

A implantação inicial da Empresa se guiou por um Plano Organizacional que descreve os objetivos institucionais, a estrutura organizacional, as atribuições de suas Diretorias e unidades funcionais, e a estrutura de cargos e salários a ser adotada. A primeira versão do plano foi apresentada ao Conselho de Administração em sua 1ª Reunião Ordinária, ocorrida em 26/11/2013, e sofreu alterações até ser finalmente aprovado em sua 4ª Reunião Ordinária, realizada em 13/03/2014. Nesse período, procedeu-se à formação do corpo gerencial da PPSA, mediante a contratação de empregados para ocupar cargos comissionados de livre provimento.

Foi elaborado o Plano Diretor da PPSA, como anexo ao Termo de Compromisso de Gestão a ser firmado entre a sua Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esse termo, em fase final de elaboração, contempla a avaliação do desempenho da administração da PPSA no cumprimento de seu objeto, atribuições e finalidades. Institui também um plano de trabalho bianual que explicita objetivos, fixa metas que determinam ações específicas, e cria um sistema de indicadores para avaliação de desempenho.

O planejamento da formação da equipe da PPSA está direcionado por este plano de trabalho, que tem, entre seus objetivos explícitos, a estruturação de uma equipe qualificada e experiente para a gestão dos negócios e a realização das atividades necessárias ao cumprimento do objeto social. Além disso o plano de trabalho define o planejamento das ações que visam concretizar os dois objetivos.

O planejamento da Empresa, definido, como já dito, na medida das necessidades operacionais, inclui o plano para estruturação da infraestrutura de TI e de segurança da informação. Ao mesmo tempo se elaboram os procedimentos necessários à formalização das atividades. Já está formalizado o procedimento de reconhecimento do custo em óleo. Em estágio avançado, com previsão de formalização a curto prazo, se encontram o procedimento de acompanhamento do planejamento e realização dos compromissos de conteúdo local dos contratos, o de negociação e celebração de acordos de individualização da produção e a estruturação do mecanismo de comercialização de petróleo. O teor destas normas e procedimentos de natureza técnica traduzem os procedimentos descritos nos relatórios relativos à gestão dos contratos de partilha e negociação e elaboração de acordos de individualização da produção.

As normas referentes ao funcionamento administrativo da Empresa, enquanto não formalizadas em instruções normativas e procedimentos, têm sido provisoriamente exaradas em resoluções da Diretoria Executiva. Algumas delas, todavia, já estão consagradas como instruções normativas.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1 Programa Temático

Não se aplica. A Pré-sal Petróleo S.A não é responsável por programas temáticos do PPA 2012-2015.

5.2.2 Objetivos

Não há objetivo estabelecido para o Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, no PPA 2012-2015.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações – OFSS

Não se aplica. A PPSA não compõe o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Não se aplica. A PPSA não compõe o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não houve dotação no PLOA 2014, para investimento na empresa. Em 30/12/2014, foi aprovado pela Medida Provisória nº 666/2014, crédito extraordinário constituindo dotação para PPSA nas ações 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos e 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, no montante total de R\$ 5,5 milhões. As mencionadas ações não possuem meta física.

5.2.3.5 Análise Situacional

A PPSA foi constituída em novembro de 2013 e o primeiro contrato de partilha de produção, Prospecto de Libra, foi assinado no início de dezembro de 2013, estando em plena vigência.

Em janeiro de 2014 começou efetivamente o processo de implantação da Companhia, que deverá estar em fase adiantada de consolidação até o final de 2015. A expectativa inicial da PPSA era de que, ao invés do biênio 2014/2015, a fase de implantação pudesse ter sido concluída em 2014. Para tanto, a PPSA contava com recursos orçamentários da ordem de R\$ 42 milhões no PDG aprovado para 2014, conforme Decreto nº 8.238, de 21 de maio de 2014, a seguir destacado.

Quadro 8 – Programa de Dispêndios Globais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG	
SECRETARIA EXECUTIVA		PROGRAMAÇÃO 2014	
DEPTO. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPR. ESTATAIS		DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA :		EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA	
VALORES EM R\$ 1,00			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.522.000	Receitas	51.227.229
Investimentos	5.522.000	Receita Operacional	50.000.000
Dispêndios Correntes	36.102.371	Receita não Operacional	1.227.229
Pessoal e Encargos Sociais	18.461.777	Total das Fontes	51.227.229
Materiais e Produtos	36.000	Variação de Capital de Giro	1.088.350
Serviços de Terceiros	7.889.842	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.088.349)
Utilidades e Serviços	295.417	Variação do Disponível	(9.602.859)
Tributos e Encargos Parafiscais	7.372.335		
Demais Dispêndios Correntes	2.047.000		
Total dos Usos	41.624.371	Total Líquido das Fontes	41.624.371

Fonte: PDG

Todavia, a realização orçamentária do ano foi de R\$21 milhões, correspondendo a 50% do orçamento aprovado, porque não se confirmou o recebimento da receita operacional do bônus de assinatura Libra, no valor de R\$ 50 milhões, determinando que a PPSA administrasse com parcimônia as disponibilidades, o que ainda assim ocasionou atrasos de pagamentos no último decêndio do ano pelo esgotamento dos recursos de caixa. Abaixo o quadro de realização orçamentária:

Tabela 1 – Realização orçamentária PDG

	PDG 2014	Realizado 2014	%
Fontes	R\$ 51.227.229,00	R\$ 2.902.544,00	5,67%
Receita Operacional	R\$ 50.000.000,00	R\$ -	
Receita não Operacional	R\$ 1.227.229,00	R\$ 902.544,00	
Participação da União no Capital - Tesouro	R\$ -	R\$ 2.000.000,00	
Usos	R\$ 41.624.371,00	R\$ 21.018.109,00	50,49%
Dispêndios de Capital	R\$ 5.522.000,00	R\$ 378.400,00	
Dispêndios Correntes	R\$ 36.102.371,00	R\$ 20.639.709,00	

Em consequência, no ano de 2014, a PPSA somente contou com recursos de R\$17 milhões, provenientes de aportes de capital do acionista, que resultou na apuração de um prejuízo contábil de R\$ 19,8 milhões no exercício de 2014 e de R\$ 20,3 milhões no acumulado 2013/2014, que precisa ser absorvido por lucros vindouros.

Dos R\$ 50 milhões previstos para subscrição e integralização de capital pelo acionista, na constituição da PPSA, em agosto de 2014 foram recebidos R\$ 2 milhões que vieram se juntar aos R\$ 15 milhões ingressados em novembro de 2013. Até dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado era de R\$17 milhões, restando R\$33 milhões a integralizar.

Devido ao não ingresso de recursos do acionista, do bônus de assinatura de Libra, e por não contar com as receitas que lhe seriam devidas pela gestão de suas atividades – a serem contemplados no

Acordo de Remuneração, a implantação e operação da PPSA foram significativamente impactadas em 2014, com dispêndios sendo carregados para 2015.

5.3 Informações sobre custos de produtos e serviços.

Não se aplica.

5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional

O termo de compromisso de gestão, ora em fase final de elaboração, adota três objetivos organizacionais:

- Tornar-se referência técnica e de gestão do pré-sal brasileiro,
- Gerir contratos com foco na maximização dos resultados para a União, e
- Estruturar a Empresa e atuar em conformidade com as melhores práticas de governança.

Cada um destes princípios dará origem a diretrizes de gestão interna da Companhia, mas, também, a indicadores que possam aferir a atuação externa da PPSA, quantificando seu desempenho no cumprimento da finalidade da Empresa, estabelecida em Lei.

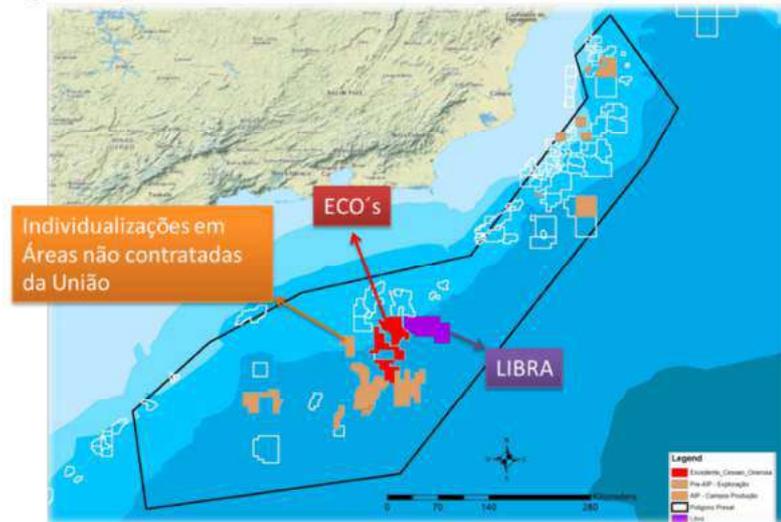
Até o presente momento, não tendo o Projeto Libra ou as áreas objeto de individualização iniciado a produção de hidrocarbonetos e não havendo, conseqüentemente, ganhos da União decorrentes da atuação da Empresa e, por outro lado, não tendo sido assinado o contrato de remuneração da PPSA com o MME pela gestão desses processos, não se poderiam identificar indicadores para medir nenhum dos dois aspectos. Ainda não temos, portanto, indicadores de desempenho operacional.

5.5. Informações sobre outros resultados da gestão

Ao longo de 2014, ao mesmo tempo em que foram envidados esforços em sua estruturação corporativa, as ações da PPSA tiveram como focos principais a gestão do contrato de partilha da produção de Libra e as negociações de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas do polígono do pré-sal. Adicionalmente, a PPSA esteve envolvida nas negociações dos futuros contratos dos volumes excedentes da cessão onerosa, que se espera sejam celebrados em 2015. Destacam-se, também, os primeiros passos para estruturar a área de comercialização de petróleo e gás natural da União.

A figura seguinte apresenta um mapa do polígono do pré-sal com a delimitação do Prospecto de Libra (em lilás), dos blocos dos Excedentes da Cessão Onerosa (ECO's, em vermelho) e dos blocos ou campos que se estendem para áreas da União, objeto de individualização da produção (em laranja).

Figura 3 - Mapa do polígono do pré-sal

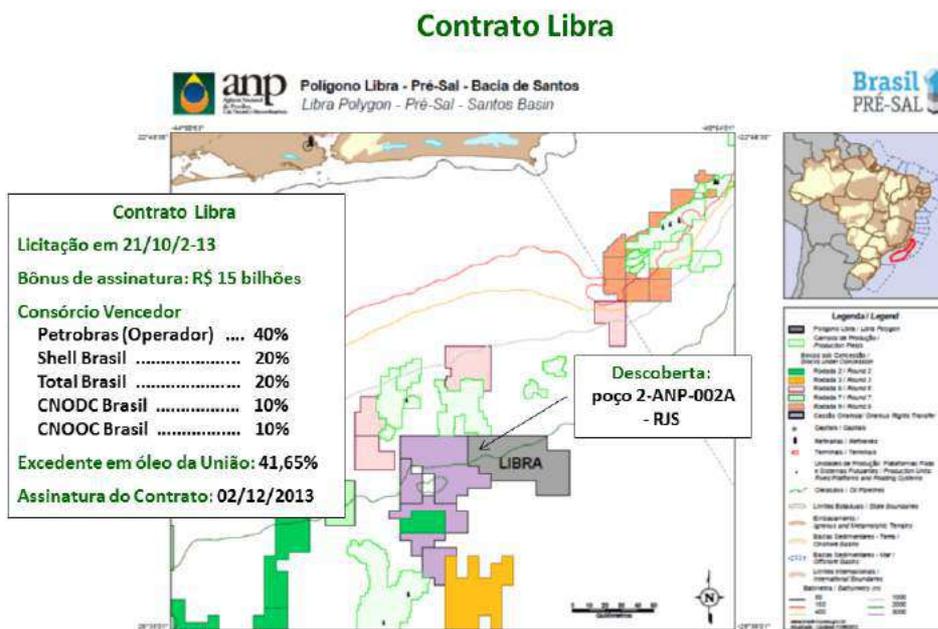


Especificamente, a PPSA tem atuado nos seguintes contratos:

- Contratos de Partilha:
 - Primeiro contrato em andamento (Libra);
 - Quatro contratos em negociação (excedentes da cessão onerosa, Búzios, Itapu, Sépia e Atapu/N-S Sururu/N-S Berbigão);
- Acordos de Individualizações da Produção:
 - 10 contratos em andamento (Gato do Mato, Carcará, Epitonium, Tartaruga Mestiça, Lula e Sul de Lula, Sapinhoá, Carapeba, Caxaréu, Pirambu e Massa),
 - 9 casos adicionais conhecidos, com início de negociação dependente de solicitação pela ANP.

Gestão do Contrato de Libra

Figura 4 – Polígono Libra



O contrato tem a duração de 35 anos, cobrindo uma área de concessão de, aproximadamente, 1.547 quilômetros quadrados, extensão territorial superior à maior parte das capitais brasileiras.

A expectativa da ANP compreende volumes recuperáveis entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente.

Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37% para a fase de exploração, e 55% e 59%, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

As atividades relativas ao Projeto Libra evoluíram com a realização de diversas reuniões com a Petrobras e seus parceiros, relativas ao cumprimento das regras do Consórcio, com destaque para:

- I. Aprovação do programa de trabalho e orçamento do primeiro ano de contrato. O orçamento prevê dispêndios entre US\$ 400 e US\$ 500 milhões.
- II. Aprovação, em 26 de março de 2014, do Plano Exploratório de Libra e das metas de conteúdo local associadas, para ser encaminhado à ANP, composto da consolidação da aquisição de dados sísmicos 3D na totalidade da área do bloco de Libra, o reprocessamento destes dados, a perfuração de dois poços firmes e mais dois poços contingentes. Complementando o Plano, está prevista a realização de seis testes de formação a poço revestido (TFR), contingentes aos resultados dos poços, além da realização de um Teste de Longa Duração (TLD). Neste caso o primeiro óleo a ser produzido em Libra deverá acontecer ao final de 2016, quando da realização do primeiro TLD de Libra, com reinjeção do gás.

A PPSA cumpre papel crucial e decisivo na discussão e definição da estratégia de exploração e exploração do Prospecto de Libra, que tem a Petrobras como operadora. A estratégia atual compreende duas fases:

- a) Uma primeira fase de aquisição de dados e informações (2014 a 2020) envolvendo aquisição e reprocessamento sísmico, a perfuração de poços exploratórios e de avaliação, além de testes de longa duração (TLD) e sistemas de produção antecipada, complementado por um sistema piloto de produção; e
- b) Uma segunda fase de desenvolvimento definitivo (2021-2030), com a instalação de até onze UEPs (Unidades estacionárias de produção) do tipo FPSO (*floating, production, storage and offloading*).

Em 2014, dentre as atividades da PPSA na gestão do contrato de Libra, destacam-se os procedimentos de aprovação de propostas no Comitê Operacional e de reconhecimento do custo em óleo, a avaliação de risco de planos e programas do Projeto Libra e as diretrizes para monitoramento e auditoria do seu andamento. Assim, os principais resultados da gestão do contrato de Libra incluem:

- Todas as decisões importantes para manter a estratégia de produção antecipada, que foram tomadas a tempo, com a paulatina implementação de um sistema integrado de gestão pelos consorciados;
- Todos os compromissos da Operadora com a ANP, que foram atendidos tempestivamente;
- Planos de Trabalho e Orçamento, que foram aprovados a tempo, respeitando critérios de governança internos das empresas envolvidas;
- O Regimento Interno, que foi implantado;
- Comitês Operacional, Técnico e Financeiro, composto cada um por seus respectivos subcomitês, que já estão implantados e em atividade, com a participação da PPSA;
- Comitê Estratégico de Conteúdo Local e três subcomitês orientados para tratar respectivamente de alternativas de uso do gás natural, SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e desenvolvimento tecnológico, todos contando com a participação da PPSA;
- Procedimento preliminar desenvolvido para o reconhecimento de custo em óleo.

III. Reconhecimento de Custos

- a. A PPSA atua diretamente nas discussões e negociações entre o operador e as empresas não operadoras. Desta forma, o reconhecimento de custos incorridos para efeito de custo em óleo não é tratado isoladamente, mas integrado ao sistema de gestão do contrato de partilha;
- b. Foram identificados os requisitos para a concepção e implantação do SGPP (Sistema de Gestão de Gastos de Partilha da Produção). O SGPP é ferramenta indispensável para cumprimento do papel de gestora na defesa dos interesses da União, e visa estabelecer mecanismos adequados ao processo de reconhecimento de custos em conformidade com os termos contratuais;
- c. Enquanto o SGPP está sendo concebido, a PPSA implementou um sistema provisório de reconhecimento de custo em óleo, efetivo e seguro, até que se construa o instrumento de gestão definitivo;
- d. A Petrobras enviou para a PPSA nove remessas de solicitações de reconhecimento de custos, sendo que a nona remessa (com 413 lançamentos) não teve sua análise concluída em 2014. Foram analisadas oito remessas com 3.044 lançamentos, dos quais foram reconhecidos 61,2%, refletindo o processo de construção e formatação de procedimentos entre a PPSA e o operador do contrato;

IV. Conteúdo Local

- A PPSA realiza o monitoramento do cumprimento dos compromissos de conteúdo local (CL) baseado em informações trimestrais fornecidas pelo operador (PETROBRAS), por meio de Relatório de Investimentos Trimestrais (RIT) e da base de dados que lhe dá origem. As bases para o planejamento do conteúdo local da Fase de Exploração de Libra foram elaboradas e discutidas no âmbito do Comitê Estratégico de Conteúdo Local, bem como abordadas questões críticas para o planejamento na Etapa de Desenvolvimento da Produção relacionadas com o tratamento de Sistemas de Produção Antecipada (SPA).

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

A legislação sobre individualização da produção vem sendo intensamente discutida pelas partes envolvidas visando alinhar o entendimento sobre os procedimentos a serem adotados, especialmente quando a jazida compartilhada se estende para área não contratada inserida no polígono do pré-sal.

Ao longo de 2014, alguns campos de produção e áreas em avaliação de descobertas nas Bacias de Campos e Santos, operados ou não pela Petrobras, foram identificados como objetos de individualização da produção por possuírem jazidas que se estendem para áreas não contratadas do polígono do pré-sal.

Foram realizadas reuniões conceituais com os operadores de áreas individualizáveis visando à homogeneização da compreensão teórica, além da realização de reuniões com o MME, Casa Civil, ANP e PRG visando à homogeneização da interpretação do instituto, bem como a análise da aplicabilidade da Resolução ANP nº 25/2013.

Durante o segundo semestre de 2014, o envolvimento da empresa com individualização da produção em áreas não contratadas cresceu bastante, sendo identificados 19 casos em que a PPSA deverá atuar com o objetivo de celebrar acordos de individualização da produção no polígono do pré-sal, alguns no referido ano e outros previstos para 2015.

Os estudos técnicos relativos a um processo de individualização da produção envolvem atividades multidisciplinares de análise e auditoria técnica nas disciplinas de geologia e geofísica, perfuração, produção, escoamento da produção, comercialização, além do suporte das áreas jurídica, financeira, contábil e fiscal.

De grande importância por ter sido o primeiro acordo de individualização de produção envolvendo áreas do polígono do pré-sal, o AIP do Campo de Tartaruga Mestiça, em bloco da Bacia de Campos com 100% de participação da Petrobras, teve sua negociação concluída com o acordo assinado em 31 de outubro e, em seguida, encaminhado à aprovação da ANP.

Foi negociado e assinado o Acordo de Confidencialidade com a Shell visando ao compartilhamento de dados e informações do Contrato de Concessão BM-S-54, Prospecto de Gato do Mato. Foram também realizadas várias reuniões técnicas com essa Companhia, no seio da discussão de uma eventual assinatura de um pré-acordo de individualização.

Volumes Excedentes aos Contratos Sob Regime de Cessão Onerosa (ECO)

Em 24 de junho, o CNPE, fundamentado na Lei nº 12.351/10, aprovou a contratação direta da Petrobras para produzir, sob o regime de partilha da produção, os volumes de óleo que excederem os limites autorizados sob o regime de cessão onerosa. Pela cessão onerosa, a União contratou com a Petrobrás a produção de cinco bilhões de barris de óleo equivalente nos campos de Búzios (antigo Franco), Sul de Lula (antigo Sul de Tupi) e nas áreas de Florim, Entorno de Iara, Nordeste de Tupi e Sul de Guará.

O valor do bônus foi fixado em R\$ 2 bilhões, podendo a União requerer da Petrobras a antecipação de parte de seu excedente em óleo, a ser repassada em moeda corrente no valor correspondente aos volumes estimados para o quadriênio 2015/2018. A parcela a que faz jus a PPSA é de R\$ 15 milhões e a expectativa é de que ela possa ser recebida ainda em 2015.

Durante o segundo semestre a PPSA esteve envolvida nas discussões dos futuros contratos de partilha de produção para a produção dos volumes de petróleo e gás natural excedentes aos contratados sob o regime de Cessão Onerosa, cuja celebração, originalmente prevista para 2014, deverá ocorrer em 2015.

As áreas envolvem as acumulações de Búzios (originalmente **Franco**), Itaipu (originalmente **Florim**), Norte / Sul de Berbigão, Norte / Sul de Sururu e Atapu (originalmente **Entorno de Iara**) e Sépia (**NE Tupi**). Estas acumulações representam juntamente com Libra, um potencial entre 17,8 bilhões e 27,2 bilhões de barris de óleo equivalente a serem gerenciados pela PPSA sob o regime de partilha da produção em conjunto com a Petrobras e demais contratados.

Gráfico 1 – Recursos – Contrato de Libra



Comercialização de petróleo e gás natural

Até o momento, ainda não há petróleo ou gás natural da União sendo produzido nos contratos em andamento, com o envolvimento da PPSA. O primeiro óleo de Libra deverá ocorrer ao final de 2016, advindo do primeiro teste de longa duração.

A produção, sob o regime de partilha, dos excedentes da cessão onerosa deverá se iniciar somente por volta de 2021. Por outro lado, espera-se que, em função da celebração de alguns acordos de individualização da produção, a PPSA poderá ter algum volume de petróleo e gás natural a ser comercializado ainda nos próximos anos.

Assim, em preparação ao início dessas atividades, a PPSA já está trabalhando no planejamento e definição do arcabouço técnico, jurídico e tributário para a gestão da comercialização de petróleo e gás da União, em articulação com o MME. Este trabalho também deverá subsidiar o estabelecimento de diretrizes de comercialização pelo CNPE e de regulamentação adicional para implementação das práticas de comercialização dos hidrocarbonetos da União pela Empresa.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Demonstração da Execução das Despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro 9 (A.6.1.1 – Programação de Despesas)

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		0			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos	5.522.000		
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		5.522.000			
Dotação final 2013(B)		0			
Variação (A/B-1)*100					

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

6.1.1.1 Análise Crítica

Dos dispêndios de capital previstos no PDG para 2014 (R\$ 5,5 milhões), as necessidades de TI perfaziam R\$ 5,2 milhões, subdivididas entre os recursos preliminares para concepção do SGPP/ERP, e todos os recursos necessários em infraestrutura, software e hardware, conforme ilustrado abaixo:

Quadro 10 – Contratações de TI

Valores em R\$ mil

Natureza da Atividade	Valor (R\$)
Tecnologia da Informação - Consultorias para SGPP e ERP	180
Tecnologia da Informação - Infraestrutura, Software, Hardware	4.982
Total	5.162

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

A PPSA necessita de modernos recursos de hardware e software especialistas para que seja capaz de desempenhar suas atividades, conforme descrito no capítulo 5.2 acima. Dos recursos necessários

em infraestrutura, software e hardware (R\$ 4,9 milhões), os quadros abaixo ilustram o detalhamento destes, respectivamente.

Quadro 11 – Detalhamento contratações de TI

Valores em R\$ mil

Itens	Totais
1.0 Infraestrutura	
1.1 Servidores	264
1.2 Storages (banco de dados geologia,desenvolvimento da produção)	240
1.3 Backup	12
1.4 CPD (Racks,obras civis,combate a incêndio(FM200),segurança)	1020
1.5 Cabeamento (todos o andar+ Fibras óticas)	108
1.6 Swit5ches (Todo andar)	90
1.7 Periféricos (roteadores,ferramentas,...)	48
1.8 Link internet (Primário e backup)	84
1.9 Sistema de email (google)	18
2.0 Softwares	
2.1 Licenças Microsoft windows,office,...	60
2.2 Sistema integrado de Gestão (SAP- custo não definido considerando somente definição de requisitos e processos)	900
2.3 Sistemas de Apoio (Jurídicos,RH e outros)	
2.4 Sistemas de Geologia (custo não definido)	
2.5 Desenvolvimentos (SGPP,intranet e outros)	360
3.0 Hardware	
3.1 Notebooks (20)	80
3.2 Desktops (20)	80
3.3 Desktop Grande Porte (6)	450
3.4 Periféricos (CD's, HD's, Pen drives, livros)	12
3.5 Impressoras (outsourcing)	18
3.6 Telefonia (PABX e Telefones Fixos)	96
3.7 Telefonia Móvel (20- compra de aparelhos)	42
3.8 Salas Vídeo conferência e telepresença	1000

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

Demandas de 2014 na contratação de Serviços

Na reunião do Conselho de Administração da PPSA de 30/05/2014 foram apresentadas as demandas para contratação de serviços nas três diretorias da PPSA, com destaque para os resultados esperados e os riscos associados.

Quadro 12 – Projetos Diretoria Técnica e de Fiscalização

Projetos - Diretoria Téc. E Fiscalização	Resultados Esperados / Riscos
Desenvolvimento da Produção - Avaliação Técnica-Econômica - Alternativas de Utilização do Gás Natural do Pré-Sal.	Redução de Gás Natural ao mercado pela injeção nos campos produtores.
Desenvolvimento da Produção - Avaliação do Escoamento da Produção - Casos de Individualização da Produção.	Aumento dos custos em consequência de menor aporte pela União (governo).
Modelagem dos Processos de Gestão da PPSA e Consultoria para contratação de Project Manager Office - PMO.	Efetividade e Performance da PPSA.
PMO Libra	Ter que fazer um de/para de todo o projeto após o mesmo estar totalmente definido.
TI - SGPP - Especificação de Requisitos e Soluções TI - SGPP - Desenvolvimento e Implantação	A PPSA já está recebendo planilhas para reconhecimento de custos e recuperação em óleo. A falta de um sistema aumenta as chances de erros e sobrecarga de trabalho em análises.
ERP - Requisitos e Mapeamento de Processos	Não ter controles e processos precisos, pois o controle fica a base de planilhas.
CPD - Projeto Executivo/Obras	Não ter servidores, sistemas e outras aplicações que suportem o negócio.
Comercialização (capacitação)	Não ter a capacitação básica para o quadro técnico da PPSA.

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

Quadro 13 – Projetos Diretoria de Gestão de Contratos

Projetos - Diretoria de Gestão de Contratos	Resultados Esperados / Riscos
<p>ÁREAS DE GEOLOGIA, GEOFÍSICA E ENGENHARIA DE RESERVATÓRIO COM VISTA A DAR SUPORTE ÀS AVALIAÇÕES TÉCNICAS DO CONTRATO DE LIBRA E DAR SUPORTE AOS VÁRIOS PROCESSOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM CURSO NO POLÍGONO DO PRÉ-SAL.</p> <p>A contratação do serviço proposto justifica-se pela necessidade de buscar soluções complementares à excessiva demanda de pareceres técnicos durante a implantação do Grupo Técnico da PPSA. Além das demandas provenientes do CPP de Libra, existem pelo menos doze áreas a serem avaliadas para a formalização de AIP's ou Pré-AIP's em áreas sob Contratos de Concessão cujas jazidas se estendem para áreas da União no Polígono do Pré-Sal.</p> <p>Também se justifica a contratação de consultorias específicas em função da necessidade da PPSA acessar especialistas específicos nas áreas de Exploração, Geologia e Engenharia de Reservatórios e suas interfaces com a área de Desenvolvimento da Produção, o que certamente exigirá do contratado dedicação parcial e muito especializada, salientando que a PPSA não dispõe de recursos humanos suficientes para realizar este trabalho dentro dos prazos previstos nos diversos processos de Individualização da Produção em curso.</p>	<p>As áreas de Geologia, Geofísica e Engenharia de Reservatórios tem claramente uma demanda excessiva neste primeiro ano de implantação da PPSA e os desafios da implementação dos recursos físicos e de recursos humanos para responder a estas demandas são enormes. A contratação de Consultorias externas, através de mecanismos apropriados, tem como principal objetivo evitar que a falta dos recursos necessários possam colocar em risco os principais objetivos da PPSA que é a Gestão dos Contratos de Partilha e representar a União nos Processos de Individualização da Produção.</p>

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

Quadro 14 – Projetos Diretoria de Administração Controle e Finanças

Projetos - Diretoria de Adm. Controle e Finanças	Resultados Esperados / Riscos
<p>* GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS Consultoria externa visando preparar a realização do primeiro concurso público da PPSA. Será elaborado o Plano de Cargos e Salários.</p> <p>* GOVERNANÇA CORPORATIVA Uma das missões que nos foi atribuída pela Presidenta Dilma foi a de dotar a Companhia de uma governança compatível com o que se pretende da PPSA. Esse quadro normativo e procedimental demandará o apoio de uma consultoria externa para a sua implantação no menor prazo possível.</p>	<p>Caso o trabalho não possa ser desenvolvido neste ano, o primeiro PSP atrasará substancialmente, possivelmente postergando a admissão dos concursados por um prazo em torno de seis meses, o que equivale a dizer meados do segundo semestre de 2015.</p> <p>Atraso no desenvolvimento da Companhia e riscos inerentes ao crescimento sem a devida governança.</p>
<p>* GERÊNCIA DE RISCOS - SEGUROS Obter o assessoramento necessário à identificação e cobertura dos riscos a que a Companhia está sujeita. Exemplificando: o estatuto Social da PPSA prevê a contratação do seguro D&O para os seus administradores. Será também importante verificar o cumprimento pelo operador do Consórcio, da contratação das coberturas que se façam essenciais.</p>	<p>A PPSA não possui no seu quadro especialista na atividade de gestão de riscos e contratação de seguros, o que impedirá o cumprimento do objetivo.</p>

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

Impactos e consequências

A não realização de grande parte dos itens descritos anteriormente impacta a implantação e operação da PPSA, principalmente no que se refere às suas atividades de planejamento estratégico, governança e gestão de contratos. Além de consequentes atrasos de implantação e impacto em sua efetividade, eficiência e qualidade dos trabalhos, há que se considerarem os riscos de imagem e reputação da PPSA caso a empresa continue impossibilitada de se estruturar adequadamente para o cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias.

Impactos sobre o planejamento estratégico

O primeiro fundamento da estratégia da PPSA é a constituição e manutenção de uma equipe técnica e administrativa de alta qualificação e experiência. Em 2014, a PPSA teve sucesso em constituir um quadro inicial bastante experiente e qualificado utilizando-se das posições de livre provimento disponíveis. Porém, o plano para 2014 também considerava a preparação para a realização do primeiro concurso público, passando primeiramente pela definição do plano de cargos e salários e de outras políticas e normas requeridas para tal. A impossibilidade de contratação de consultoria para esta finalidade irá atrasar a formação do quadro profissional e demandar complexas contratações temporárias e custosas consultorias adicionais para o cumprimento do papel da PPSA.

Impactos sobre a governança

Apesar de que um quadro mínimo de instruções normativas e procedimentos já estar implantado, a definição e implantação do quadro normativo completo da empresa também irão depender de apoio de uma consultoria externa, a qual está planejada, mas dependente dos recursos a serem assegurados. O maior impacto está associado ao risco de estarmos operando sem a devida governança formalizada.

Além disso, o estabelecimento e operação de infraestrutura e sistemas organizacionais que suportem nossas atividades se tornam cada vez mais críticos e urgentes, especialmente o Data Center e o sistema de gerenciamento de documentos. Não tendo sido possível contratar o Data Center em 2014, agora, com a expectativa dos recursos para 2015, o mesmo foi priorizado e já contratado para completa implementação até Novembro. O sistema de gerenciamento de documentos só deverá ser contratado próximo ao final deste ano por depender da implantação do Data Center. A implantação desses sistemas irá disponibilizar melhores mecanismos de gestão e controle e de segurança da informação.

Ainda associado à infraestrutura de tecnologia da informação, não foi possível contratar em 2014 uma consultoria especializada em para estruturação da TI e segurança da informação, crucial para a definição de um arcabouço técnico, normativo e jurídico para a área de TI que garanta o alinhamento das contratações e práticas de TI e de segurança da informação às políticas, diretrizes, normas leis e portarias existente, bem como a construção de um ambiente operacional efetivo, eficiente e seguro para a execução de suas atividades. Esta contratação também já foi novamente priorizada no início deste ano para que os riscos de não conformidade e de segurança estejam dirimidos até meados de 2015.

Finalmente, outro projeto que não foi contratado em 2014 foi o de avaliação de necessidade e requisitos de um sistema ERP para a PPSA. O principal impacto é o de estarmos operando em condições não ideais por mais tempo, até que um determinado sistema, caso requerido, seja adquirido e implantado.

Impactos sobre a gestão dos contratos

Os investimentos realizados se resumiram a compra de um projetor multimídia (data show) e a aquisição de PABX para a nova sede da empresa, na Avenida Rio Branco – Rio de Janeiro.

Não foram realizados investimentos em hardware e software ou contratação dos serviços de consultoria apresentados nos quadros acima.

Como as tratativas sobre acordos de individualização se iniciaram ainda no primeiro semestre de 2014, e as demandas para análises e pareceres técnicos foram imediatas, a PPSA necessitou de uma solução temporária, principalmente na área de Geologia, Geofísica e de Engenharia e Geologia de Reservatórios. Cientes da importância da PPSA no cenário da indústria petrolífera brasileira, e dos desafios de implementação da empresa, alguns fornecedores de software disponibilizaram soluções transitórias de hardware e software, sem custo, mediante acordos de avaliação do desempenho das soluções de TI que a Petrobrás estava utilizando no grupo técnico do contrato de partilha de Libra.

A expectativa seria de que, durante o segundo semestre de 2014, a PPSA teria os recursos necessários para a implementação das soluções de TI planejadas. Com o advento das restrições orçamentárias, os riscos de uma paralização completa das atividades do corpo técnico da empresa se tornaram iminentes. Este risco foi mitigado com o sucesso das tratativas com algumas empresas fornecedoras de software, que compreenderam os desafios do primeiro ano da PPSA, e prorrogaram, ainda que de maneira esporádica, as licenças temporárias gratuitas de utilização das soluções técnicas em avaliação.

As demandas de infraestrutura (hardware e software corporativos) foram solucionadas com a contratação de serviços integrados, incluindo serviços de impressão, software, hardware, licenças

Microsoft Windows, Office, etc. Todavia, a inexistência de algumas soluções, como Microsoft Project e Sistemas de Informação Geográfica, trouxeram severas limitações ao quadro técnico.

A postergação da contratação de serviços de terceiros e consultorias especializadas tiveram um enorme impacto na implantação da empresa, principalmente nos projetos estruturantes, como:

- Projeto do Sistema de Gestão de Contratos, incluindo o desenvolvimento do SGPP, integrados em uma mesma plataforma;
- PMO – Libra – Sistema de Gestão de Contratos de Partilha;
- Comercialização de Petróleo de Gás Natural da União: esclarecimento de aspectos técnicos, legais e tributários; e definição do modelo de comercialização e operação da PPSA.

O projeto de Sistema de Gestão de Contratos, envolvendo a gestão de contratos de partilha, os acordos de individualização da produção, e os contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União será crucial para viabilizar a gestão de um número grande de contratos com uma equipe enxuta. Tal sistema envolve o reconhecimento de custos e o acompanhamento do cumprimento do conteúdo local nos contratos de partilha (SGPP), o acompanhamento do desenvolvimento de projetos (PMO – escritório de gerenciamento de projeto) dentro de cada contrato de partilha, acordo de individualização e contrato de comercialização e o gerenciamento dos processos e documentos associados aos mesmos.

Conclusão da Análise Crítica

A PPSA foi criada com a missão de buscar a máxima eficiência no desempenho de suas atividades. O papel de gestor dos contratos de partilha da produção (CPP), de representante da união nos acordos de individualização da produção (AIP), e de gestor dos contratos de comercialização do petróleo e gás natural da União, impõe a PPSA a obrigação contratual de realizar auditorias técnicas e participar nas decisões técnicas e econômicas, nos vários fóruns existentes relacionados à governança dos diversos ativos sob tais contratos. Restrições orçamentárias da PPSA impediram que ações estruturantes na área técnica da empresa pudessem ser implementadas ou pelo menos iniciadas em 2014.

A continuidade destas restrições pode afetar diretamente a capacidade da empresa cumprir o seu papel, definido em lei e em seu estatuto.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica.

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 15 (A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	581.765,23	0,00
a) Convite			6.000,00	
b) Tomada de Preços			0,00	
c) Concorrência			0,00	
d) Pregão			575.765,23	
e) Concurso			0,00	
f) Consulta			0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas			0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	2.134.464,39	0,00
h) Dispensa			2.122.450,94	
i) Inexigibilidade			12.013,45	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos			0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	13.471.410,00	0,00
k) Pagamento em Folha			13.471.410,00	0,00
l) Diárias			0,00	
5. Outros			1.783.381,38	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	0,00	0,00	17.971.021,00	0,00

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Não se aplica

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica

6.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

As alterações ocorridas na realização da despesa no exercício de 2014 se deveram basicamente a limitação de recursos financeiros conforme explicado no capítulo 5.2.

Os primeiros contratos de infraestrutura da PPSA, com valores superiores a R\$ 16 mil, foram feitos sob o regime de emergência, com base no artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93. Tratava-se de estabelecer a PPSA no início de suas atividades na cidade do Rio de Janeiro. Estes contratos, essenciais para o funcionamento da PPSA, referiram-se a locação de escritório virtual do endereço provisório, serviços de contabilidade e folha de pagamento entre outros.

No tocante a concentração de contratações diretas, realizadas via dispensa de licitação, com base no artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 as mesmas referiram-se principalmente a contratação da locação do escritório central definitivo da PPSA, destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.

As demais contratações diretas por dispensa de licitação foram executadas com base no artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/93.

A contratação direta por inexigibilidade de licitação, referiu-se a contratação de serviços prestados por órgão ou entidade que integram a administração pública, criados para esse fim específico.

Com relação ao item 5 – outros, do Quadro 15 – (A.6.1.3.1), referem-se a despesas pagas com tributos e encargos parafiscais, utilidades e serviços, viagens nacionais e internacionais, ressarcimento de auxílio moradia e mudança, condomínio, reembolso de despesa com pessoal requisitado (AGU, ANP e CEF) e despesas financeiras.

6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 16 (A.6.2 – Despesas com Publicidade)

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			10.240,00
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças

Nota: Somente foi executada a publicidade legal, por contratação da Empresa Brasil de Comunicação. Não houve programa/ação orçamentária para comportar essa despesa.

6.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não observado, no exercício, passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

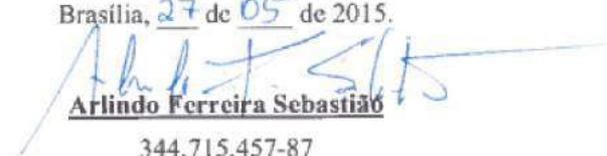
6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica

6.5 Transferências de Recursos

Não houve transferência de recurso no exercício de 2014.

Quadro 17 (A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV)

DECLARAÇÃO
Eu, <u>Arlindo Ferreira Sebastião</u> , CPF nº 344.715.457-87, responsável pela inclusão e atualização dos dados de contrato no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, <u>Assessor Especial</u> , exercido na <u>Pré-sal Petróleo S/A - PPSA</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, <u>27</u> de <u>05</u> de 2015.
 <u>Arlindo Ferreira Sebastião</u>
344.715.457-87
<u>Assessor Especial</u>
Nota: Nos exercícios de 2013 e 2014 não existiram convênios e contratos de repasse.

6.6 Suprimento de Fundos

Não se aplica. A PPSA não integra a administração direta, autárquica e fundacional.

6.7 Renúncia sob a Gestão da Unidade Jurisdicionada

Não se aplica pelo fato de não haver renúncias de receitas sob a gestão da PPSA.

6.8 Gestão de Precatórios

Não se aplica. A PPSA não é órgão responsável pela gestão e pagamento de precatórios.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 18 (A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3	3	3	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3	3	3	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	3	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	27	24	24	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	30	27	27	0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Obs: Não inclui diretores nem conselheiros

Quadro 19 (A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	3	0
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	11	13
4. Total de Servidores (1+2+3)	14	13

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Obs: Não inclui diretores nem conselheiros

Quadro 20 (A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	30	27	27	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	3	3	3	
1.2.4. Sem Vínculo	27	24	24	
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	30	27	27	0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

A fase de implantação da PPSA em 2014 contempla a alocação exclusiva de cargos de Livre Provedimento estando as contratações de concursados a serem feitas a partir de 2016. Em função disto, eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre áreas e cargos e até em impactos de aposentadoria ou afastamentos da força de trabalho, não são relevantes e não se aplicam na fase atual.

Não foram identificados problemas ou distorções na área de pessoal.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A PPSA encontra-se em fase de implantação e a composição dos cargos de Livre Provedimento é referenciada por profissionais experientes. A demanda por treinamento não é importante na fase atual de implantação da Empresa.

A PPSA ainda não possui um processo de identificação de necessidades de treinamento de forma sistemática. Os cursos, seminários e correlatos que ocorreram ao longo do ano foram capacitados 9 profissionais, em 20 eventos. Dos 20 eventos, 9 foram gratuitos e os demais representaram um custo de R\$ 43.686,25. Neste custo não estão incluídas as despesas com deslocamentos, passagens e hotéis.

7.1.3 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A PPSA ainda não implementou indicadores de desempenho gerenciais sobre recursos humanos.

7.2 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 21 (A.7.2 – Custos do pessoal)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas (Salário)	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações (13º Salário)	Adicionais (1/3 Férias)	Indenizações (Aux. Refeição)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários (Ass. Médica)	Demais Despesas Variáveis			
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2014	3.939.433,34		724.083,34		54.050,00	30.560,24			6.748.126,92
	2013									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2014	425.666,67		54.750,00	4.222,22		3.892,14			488.531,03
	2013									

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Obs: Não inclui Diretores e Conselheiros

7.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

7.3.1 Irregularidades na área de pessoal

Não foram identificados casos de irregularidade na área de pessoal.

7.3.2 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

A PPSA se encontra em fase de estruturação, mas já vem, simultaneamente, conduzindo todas as atividades associadas às suas principais atribuições em um número crescente de contratos e acordos. Somado às demandas atuais, representada pela gestão do contrato de Libra e de nove acordos de individualização da produção em curso, temos ainda mais dez tratativas de acordos de individualização a serem iniciadas, além da perspectiva de novos contratos de partilha para os volumes excedentes da cessão onerosa. A PPSA encontra-se próxima de atingir o limite de sua capacidade operacional, em termos de recursos humanos, o que pode comprometer o seu desempenho para atender suas atribuições legais. Será necessária a realização de uma contratação temporária de pessoal e organizar a realização de um concurso público para admissão do pessoal permanente.

Outro fato que representa um risco é a gestão do conhecimento, tendo em vista que a maior parte do quadro é composto por profissionais altamente graduados em idade de aposentadoria.

7.4 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.4.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 22 (A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva)

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	Serv Gerais	E	CT-PPSA-018/2014	10476565/0001-01	Jun 2014	Out 2014	6	6	3	3			E
2014	Serv Gerais	L	CT-PPSA-019/2014	10213136/0001-33	Out 2014	Out 2015	6	6	3	3			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

7.4.2 – Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários do Órgão.

Quadro 23 (A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra)

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	Outras	O	CT-PPSA-09	10213136/0001-33	Jun 2014	Jun 2015					4	4	A
2014	Informática	O	CT-PPSA-15	96534094/0002-39	Jul 2014	Jul 2015			2	2			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

7.4.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Não foram identificadas dificuldades na administração dos contratos. As atividades contratadas serão sempre executadas por funcionários terceirizados.

7.4.4 Contratação de Estagiários

Em 2014, a PPSA não contou com a colaboração de estagiários.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A PPSA não possui frota de veículos próprios, nem contratados.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

A PPSA não utiliza imóveis de propriedade da União.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Não se aplica a PPSA

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 24 (A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF RJ		
	Rio de Janeiro	1	0
Subtotal Brasil		1	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Informações sobre os Principais Sistemas Computacionais

a) relação dos sistemas e a função de cada um deles;

Relação dos Sistemas de TI

A PPSA está em fase de estruturação e estabelecimento de sua infraestrutura computacional, e por isso, muitos dos controles e sistemas estão baseados em planilhas e documentos de texto, após essa etapa certamente vislumbramos a implantação de sistemas que substituirão as planilhas, seguem, na tabela abaixo, os sistemas previstos.

a) eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas;

Quadro 25 - Necessidades de Sistemas Informatizados

1) SGPP (Sistema de Gestão da Partilha de Produção)
Área: Técnica
Benefícios Esperados: Controle eletrônico dos reconhecimentos de custos, auditoria de dados, histórico das operações, relatórios gerenciais, workflow de aprovações.
Impactos do não atendimento: Perda de controle, dificuldades de confecção de relatórios, riscos de perda de informação, falta de históricos das operações.
Medida programa e/ou em curso: Medida programada, após o mapeamento de processos da PPSA, será realizada uma análise de mercado buscando um sistema pré concebido ou a contratação de uma consultoria de desenvolvimento “in house”.
2) Gestão Eletrônica de Documentos (GED)
Área: Corporativa
Benefícios Esperados: Gestão de documentos, numeração de processos e notas técnicas, gestão de pareceres jurídicos, arquivamentos de proteção dos dados, workflows de aprovação, fluxos de trabalho.
Impactos do não atendimento: Não ter uma gestão eficiente dos documentos, acessos indevidos, dificuldades de localização de processos e notas, perda de documentos.
Medida programa e/ou em curso: Existe sim a intenção de aquisição do sistema, porém como mencionado acima, a PPSA está estabelecendo o seu Data Center ao longo do ano, e após esse estabelecimento a TI terá condições de disponibilizar os servidores para essas aplicações.

3) ERP
Área: Corporativa
<p>Benefícios Esperados: Basicamente existem 5 benefícios quando existe a necessidade de se implantar um ERP:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorias gerenciais Eliminando as diversas planilhas e unificando dados e processos, os gestores têm mais controle sobre as informações, podem prever cenários e, assim, amplificam seu poder de decisão. 2. Gestão tributária A automatização e a integração da controladoria reduzem retrabalho e falhas nas relações com o fisco, evitando multas e gastos excessivos. Diminui também a dependência de terceiros. 3. Segurança da informação A unificação dos trabalhos num único sistema dificulta o extravio das informações e até possíveis fraudes. 4. Redução de custos Ao reorganizar os processos de negócio, automatizar as operações diárias e melhorar a acurácia no cálculo de impostos, a empresa ganha redução de custos operacionais. 5. Eficiência operacional Com melhorias gerenciais, processos padronizados, sincronizados e seguros, ganho de tempo, segurança da informação e redução dos custos, a empresa se torna mais eficiente, pois os processos passam a estar automatizados via sistema.
Impactos do não atendimento: Perda de eficiência operacional, riscos de fraude, produção de diversas planilhas, falta de históricos nas operações.
Medida programa e/ou em curso: No próximo ano será realizado um estudo sobre as necessidades da PPSA, para que após esse estudo tenhamos condições de eleger o sistema adequado.

Fonte: Gerência de TI

c) relação dos contratos que vigoram no exercício de referencia do relatório de gestão, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

Quadro 26 (A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014)

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA		FORNECEDORES		VALOR TOTAL DO CONTRATO (R\$)	VALORES DESEMBOLSADOS 2014
		INÍCIO	FIM	CNPJ	DENOMINAÇÃO		
CT-PPSA-015-2014	Service Desk	28/07/2014	27/07/2015	96534094/0002-39	Accenture do Brasil LTDA	278.000,09	0
AS-DL.PPSA.009/2014	Pacote de Sistema na Nuvem	03/04/2014	02/04/2015	10562356/0001-72	METARJ – Soluções em Geotecnologia e Desenvolvimento de sistemas LTDA.	13.600,00	13.600
CT-PPSA-010/2014	Acesso a Internet	30/06/2014	29/06/2016	04622116/0001-13	Algar Multimídia S/A	57.230,40	5.307,66
CT-PPSA-012/2014	Serviços de Impressão	24/06/2014	23/06/2016	01579387/0001-45	Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda.	170.883,84	14.162,67
CT-PPSA-013/2014	Telefonia Fixa	07/07/2014	06/07/2015	71208516/0001-74	Algar Telecom S.A.	102.616,00	0
CT-PPSA-016/2014	Locação de Equipamentos de Informática	22/07/2014	21/07/2014	01579387/0001-45	Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda	159.953,00	0
CT-PPSA-017/2014	Telefonia VoIP	21/07/2014	20/08/2015	01724795/0001-13	Microwave Tecnologia de Informação Ltda	279.000,00	265.050,00

Obs. Muitos valores não foram desembolsados em 2014, devido a alguns motivos como: pendências de documentos iniciais de contrato, falta de certidões, falta de equipamentos especificados em contrato, faturas com valores discrepantes.

Fonte: Gerência de TI

10 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

10.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

Não foram exaradas deliberações, para esta UJ, pelo Tribunal de Contas da União.

10.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Não foram emitidas recomendações, para esta UJ, pela Controladoria-Geral da União.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 27 (A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Conselho Fiscal e Conselho de Administração.	Obrigados a entregar a DBR	11		
	Entregaram a DBR	11		
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	27		
	Entregaram a DBR	27		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

10.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os ocupantes dos cargos cumpriram a obrigação de entregar a Declaração de Bens e Renda - DBR. Apenas um conselheiro entregou a DBR em papel, os demais entregaram a Autorização de Acesso. A DBR entregue em papel e as Autorizações de Acesso ficam arquivadas nas pastas funcionais.

10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve ocorrência de dano ao erário no exercício.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não se aplica.

11.2 Sistemática de Apuração dos Custos no Âmbito da Unidade

O estágio de implantação e operação do exercício de 2014 não determinou que fossem apurados o Custo do Serviços Prestados (CSP). É importante destacar que, segundo o princípio contábil da COMPETÊNCIA, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Neste sentido, a apuração de custos pressupõe geração de receita. Conforme já exposto no capítulo 5.2, embora no PDG tenha havido previsão para realização de receitas operacionais, as mesmas não foram recebidas. Neste sentido não há apuração de custo correspondente.

Com relação a sistemática de apuração de custos, ainda que a contabilidade da PPSA seja processada externamente por escritório de contabilidade, a Gerência de Controle Contábil e Finanças, unidade administrativa responsável pela apuração de custos, determinou a criação de estrutura de centros de custos que constituem a base para o início do processo de apuração do CSP. Através desta estrutura pode-se identificar as unidades administrativas que são direta e indiretamente relacionadas com a prestação dos serviços. Cada empregado da PPSA é alocado nesta estrutura de centros de custos de forma que cada centro de custo acumula os custos de folha de pagamentos, bem como outros custos que poderão ser ali alocados. Abaixo segue a estrutura de centros de custos correlatos às unidades administrativas.

Quadro 28 – Centros de Custo – Unidades Organizacionais

Unidades Organizacionais	Siglas	Centro de Custo
Conselho de Administração	CAD	1.1.00
Conselho Fiscal	CFI	1.1.01
Gabinete da Presidência	PGB	1.2.00
Escritório de Brasília	PEB	1.2.01
Planejamento Estratégico	PPE	1.2.02
Consultoria Jurídica	PCJ	1.2.03
Assessoria de Comunicação	PAC	1.2.04
Auditoria Interna	PAI	1.2.06
Gabinete da Diretoria de Administração, Controle e Finanças	DAG	1.3.00
Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo	GRH	1.3.01
Gerência de Controle Contábil e Finanças	GCF	1.3.02
Gabinete da Diretoria de Gestão de Contratos	DCG	1.4.00
Superintendência de Exploração	SUE	1.4.01
Superintendência de Reservatórios	SRE	1.4.02
Gabinete da Diretoria Técnica e de Fiscalização	DTG	1.5.00
Superintendência de Desenvolvimento e Produção	SDP	1.5.01
Superintendência de Comercialização de Petróleo e Gás Natural	SCP	1.5.02

Gerência de Tecnologia da Informação e Documentação Técnica	GTD	1.5.03
Gerência Executiva - Libra	GEL	1.6.01
Gerência Executiva - Acordo Individualização da Produção - AIP	GEA	1.6.02
Gerência Executiva - Excedente Cessão Onerosa - ECO	GEE	1.6.03

Além da estrutura de centros de custos acima, o plano de contas contábeis da PPSA foi projetado de forma a segregar os custos dos serviços prestados e as despesas administrativas.

Embora a PPSA já disponha destes mecanismos contábeis para apuração de custos ainda é necessário desenvolver sistemática de apontamento de horas que permita, o refinamento da alocação de custos para cada contrato de partilha e/ou acordo de individualização da produção. Além disso, é necessário desenvolver critérios de rateios para as unidades administrativas indiretamente relacionadas com a prestação dos serviços.

Tudo isso se justificará quando a PPSA auferir receitas operacionais. É importante ressaltar que será necessário internalizar a atividade de contabilidade para poder delinear o sistema de custos, alocações e rateios da forma que se fizer necessário. Os escritórios contábeis normalmente dispõem de soluções contábeis simples para atendimento de uma gama muito grande de clientes. As especificidades da PPSA não poderão ser plenamente desenvolvidas dentro da solução de sistema mantida pelo escritório de contabilidade externo. Desta forma, conjuntamente com o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP), previsto no Anexo VII do Contrato de Partilha de Libra, a PPSA deverá implantar seu ERP (Enterprise Resourcing System). A solução sistêmica integrada a ser adotada ainda está em discussão, mas contemplará não só a contabilidade, como também solução de apuração de custos, governanças de compras e pagamentos, solução fiscal, entre outras capacidades.

11.3 Conformidade Contábil

A PPSA adota as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As políticas são aplicadas de modo consistente nos exercícios contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 13 de março de 2015, a Diretoria Executiva da PPSA autorizou a emissão das demonstrações contábeis reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, respectivamente, com vistas à Assembleia Geral Ordinária prevista para o dia 23 de abril de 2015.

O processo de verificação da conformidade contábil é executado pela Gerência de Controle Contábil e Finanças. A contabilidade da PPSA é preparada pelo escritório de contabilidade externo, que, embora atue sobre a supervisão da PPSA, é independente para classificar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A cada fechamento contábil e fiscal mensal, o Assessor Contábil da Gerência de Controle Contábil e Finanças revisa os balancetes e razões contábeis para fins de conformidade. Após sua revisão o Gerente de Controle Contábil e Finanças e submete ao Diretor de Administração, Finanças e Controle para aprovação. Após todo este processo, as demonstrações contábeis são examinadas pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

A PPSA não teve ocorrências, ressalvas ou alertas quanto às suas demonstrações contábeis do exercício de 2014, tendo recebido parecer Limpo da Staff Auditoria e Assessoria EPP.

11.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Não se aplica. A PPSA não faz uso do SIAFI.

11.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 4.320/1964

Não se aplica. A contabilidade da PPSA não é regida pela Lei n.º 4.320/64.

11.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas encontram-se no Anexo I, deste Relatório de Gestão.

11.7 Composição Acionária do Capital Social e Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

11.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro 29 (A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social)

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional	100%	100%	
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	100%	100%	
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		100%	100%	0%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			

	Ações em Tesouraria			
	<i>% Governo</i>			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	<i>% free float</i>			
	Subtotal Preferenciais (%)	0%	0%	0%
	Total	100%	100%	0%

Fonte: Gerência de Controle Contábil e Finanças.

11.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investidora

A PPSA não possui participação acionária em outras empresas.

11.8 Relatório de Auditoria Independente

O Relatório dos Auditores Independentes encontra-se no Anexo I, deste Relatório de Gestão.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

As informações consideradas relevantes encontram-se no Relatório.

13 CONCLUSÃO

O êxito alcançado pela PPSA neste início de atuação - em que a empresa, apesar dos empecilhos de natureza financeira, procurou ao mesmo tempo atender a demanda de trabalho existente, estruturar internamente o seu funcionamento e definir os mecanismos de relacionamento com o governo - somente pode ser atribuído à experiência deste primeiro e reduzido quadro de profissionais que integram sua alta administração e sua gerência média.

Sem dúvida, deverão perdurar por alguns anos as dificuldades que a necessária realização das atividades fins conjugada com a implantação da empresa impõem. Do ponto de vista financeiro, as incertezas tendem a ser dirimidas assim que assinado o contrato de remuneração da PPSA pela gestão dos contratos, como a legislação prescreve.

Alguns aspectos são, ainda, críticos nesta fase de implantação e deverão merecer esforços urgentes, como é o caso do Planejamento Estratégico da Companhia e do Plano de Cargos e Salários e a realização do concurso público para admissão do quadro permanente.

A atuação da PPSA tem se pautado, no entanto, por princípios que levam à confiança no bom desempenho da organização. Por sua natureza eminentemente técnica, a empresa almeja e se orgulhará em tornar-se referência técnica e de gestão do pré-sal brasileiro. Além disso, o objetivo legal de gerir contratos com foco na maximização dos resultados para a União foi prontamente internalizado pelo quadro de empregados que, conhecedor do setor petrolífero, também elegeu como princípio na implantação da companhia a adoção das melhores práticas de governança.

PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014 - FORMA CURTA



Março/2015



O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04 e 05
III. Extensão dos Trabalhos	06
IV Balanço Patrimonial	07 e 08
Ativo	07
Passivo	08
V. Demonstração de Resultado dos Exercícios	09
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
VII. Demonstração do Fluxo de Caixa	11
VIII. Demonstração do Valor Adicionado	12
IX. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	13 a 24



Campinas, 13 de março de 2015.

À
**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Estivemos nas dependências da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma curta sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;
Demonstração de Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Demonstração do Valor Adicionado; e
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 13 de março de 2015



CRC2SP023856/O-1 S "DF"

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3 S "DF"

Sócio Responsável



EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso contrato de prestação de serviços foram realizados serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nossos trabalhos tem que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	Notas	2014	2013
	=====	=====	=====
Ativo Circulante		259	15.222
Caixa e equivalentes de caixa	6	133	15.206
Impostos a recuperar ou compensáveis	7	113	16
Adiantamentos a empregados		11	-
Despesas antecipadas		2	-
Ativo Não Circulante		359	-
Imobilizado	8	359	-
Total do Ativo		618	15.222

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2014	2013
	===	=====	=====
Passivo circulante		3.909	756
Fornecedores	9	313	-
Honorários a pagar	10	195	401
Provisões para férias e 13º salário		1.655	71
Impostos e contribuições a recolher	11	1.344	279
Obrigações por cessão de pessoal	13	222	-
Outros		180	5
Patrimônio líquido	15	(3.291)	14.466
Capital social		17.000	15.000
Capital subscrito		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(33.000)	(35.000)
Resultados Acumulados		(20.291)	(534)
Prejuízo acumulado		(20.291)	(534)
TOTAL PASS. E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		618	15.222

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

RESULTADO	Notas =====	01/01/2014	12/11/2013
		a 31/12/2014	a 31/12/2013
		=====	=====
Despesas Operacionais		(20.314)	(756)
Pessoal e encargos sociais	14	(15.897)	(750)
Materiais e produtos		(35)	-
Serviços de terceiros	17	(4.242)	(6)
Utilidades e Serviços		(68)	-
Despesas Tributárias		(53)	-
Despesa de depreciação		(19)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(20.314)	(756)
Resultado financeiro líquido	18	840	222
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(19.474)	(534)
Despesa com provisões de IRPJ e CSLL	19	(283)	-
Prejuízo líquido do exercício		(19.757)	(534)
Prejuízo por lote de mil ações		(0,40)	(0,01)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO
S.A. PPSA**

CNPJ: 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de Reais

Mutações	Notas	Capital social		Prejuízo acumulado	Total
		Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
Constituição da empresa		50.000	(50.000)	-	-
Integralização de capital	15	-	15.000	-	15.000
Prejuízo do período		-	-	(534)	(534)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		50.000	(35.000)	(534)	14.466
Integralização de capital	15	-	2.000	-	2.000
Prejuízo do período		-	-	(19.757)	(19.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		50.000	(33.000)	(20.291)	(3.291)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

	01/01/2014	12/11/2013
	a	a
	31/12/2014	31/12/2013
	=====	=====
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(19.757)	(534)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	19	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(110)	(17)
Impostos a recuperar ou compensáveis	(97)	(17)
Adiantamentos a empregados	(11)	-
Despesas antecipadas	(2)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	3.153	756
Fornecedores	313	-
Honorários a pagar	(206)	401
Provisões para férias e 13º salário	1.584	71
Imposto de Renda / CSLL a recolher	-	-
Impostos e contribuições a recolher	1.065	279
Obrigações por cessão de pessoal	222	-
Outros	175	6
Caixa líq. gerados (aplicados) nas ativ. operacionais	(16.695)	206
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(378)	-
Caixa líq. gerados (aplicados) nas ativ. investimentos	(378)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	2.000	15.000
Caixa líq. gerados (aplicados) ativ. financiamento	2.000	15.000
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(15.073)	15.206
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.206	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	133	15.206
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.073)	15.206

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

	01/01/2014 a 31/12/2014 =====	12/11/2013 a 31/12/2013 =====
Insumos	(2.052)	(6)
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(2.052)	(6)
Valor adicionado bruto	(2.052)	(6)
Depreciação e amortização	(19)	-
Valor adicionado líquido produzido	(2.071)	(6)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	903	222
Valor adicionado total a distribuir	(1.168)	216
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	13.383	653
Remuneração direta	12.547	620
Benefícios	92	-
FGTS	744	33
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	2.860	97
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	2.808	97
Municipais	52	-
Remuneração do capital de terceiros	2.346	-
Juros	62	-
Alugueis	2.280	-
Outras	4	-
Remuneração dos capitais próprios	(19.757)	(534)
Prejuízo do exercício	(19.757)	(534)
Valor adicionado total distribuído	(1.168)	216

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA (“PPSA” ou “Empresa”), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado.

A PPSA tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A PPSA ainda representará a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

A remuneração da PPSA pela gestão dos contratos de partilha de produção será estipulada em função das fases de cada contrato e das dimensões dos blocos e campos, entre outros critérios, observados os princípios da eficiência e da economicidade, que serão regulados em acordo de remuneração a ser celebrado com o MME. Além desta remuneração, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, por decisão específica do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), a PPSA será contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área.



2. Base de Preparação

A PPSA declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 13 de março de 2015, a Diretoria Executiva da PPSA autorizou a emissão das demonstrações contábeis reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, respectivamente, com vistas à Assembleia Geral Ordinária prevista para o dia 23 de abril de 2015.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da PPSA, e também a sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir estão apresentados o principal julgamento e a estimativa contábil utilizados pela Administração da PPSA:



Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurada com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

d) Base de mensuração

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (preço) ou indiretamente (derivado de preço), exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo ao final do período das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Impostos a Recuperar

Impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte oriundas de aplicações financeiras realizadas em aplicações em renda fixa no mercado nacional.

c) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

e) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no regime de tributação com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Empresa no Brasil são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil;

ii) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.



Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que poderiam ser compensados de suas bases tributárias de períodos subsequentes. Entretanto, a Administração da Empresa optou pela alteração de seu regime de tributação para o "lucro presumido" para o exercício de 2014, não apresentando portanto impostos diferidos.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Em 31 de dezembro de 2014 a PPSA não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

g) Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstrações dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Novos pronunciamentos emitidos pelo IASB

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2014:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de
No Brasil	Correspondente internacional	Assunto	
(a) CPC 38(R1)	IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2015

- (a) **CPC 38 (R1)/ IFRS 9:** O CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015;
- (b) **Tributos IFRIC 21:** Passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, com o objetivo de estabelecer o momento de reconhecimento de um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos, em consonância com a legislação vigente. Na sua interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo.



Da mesma forma, esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica não implica em uma obrigação presente para pagamento de tributo, dado que o fato gerador somente ocorrerá em uma operação futura.

A Empresa não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente.

Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2014	2013
Banco conta movimento	5	-
Aplicações financeiras	128	15.206
Total	133	15.206

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

7. Impostos a recuperar ou compensáveis

Descrição	2014	2013
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	33	16
IRPJ a recuperar	80	-
Total	113	16



8. Imobilizado

Descrição	2014	2013
Equipamentos de informática	378	-
Depreciação Acumulada	(19)	-
Total	359	-

9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Descrição	2014	2013
Hewlett Packard Brasil Ltda	78	-
Accenture do Brasil	70	-
Investplan Comp e Sistema de Refrigeração	47	-
Domínio Contabilidade	38	-
Industec Comercio e Serviços	32	-
Teletok Central de Locações	17	-
Domínio Contabilidade	31	-
Total	313	-

10. Honorários a pagar

Valores a pagar referentes honorários da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal que obedecem a verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014.

Descrição	2014	2013
Honorários da Diretoria	106	316
Honorários do Conselho de Administração	56	50
Honorários do Conselho fiscal	33	35
Total	195	401

11. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2014	2013
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	691	129
INSS retido de terceiros	6	-
INSS a recolher	537	114
FGTS a recolher	110	36
Total	1.344	279

12. Provisão para férias e 13º salário

Descrição	2014	2013
Provisão de férias	1.499	71
Provisão de gratificação natalina	156	-
Total	1.655	71

13. Obrigações por cessão de pessoal

Descrição	2014	2013
Advocacia Geral da União – AGU	90	-
ANP	44	-
Caixa Econômica Federal – CEF	88	-
Total	222	-

14. Remuneração dos administradores (Pessoas-Chave)

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014, foi estabelecido em R\$ 5.171 mil o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2014 a março de 2015. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 23 de abril de 2015.

A maior e a menor remuneração estabelecidas para o período vigente são, respectivamente, de R\$ 67.541,50 e de R\$ 6.520,35.

O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 16.



15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito da PPSA, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013 e em 27/08/2014, pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões e R\$ 2 milhões respectivamente.

b) Detalhamento	2014	2013
Capital	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	-33.000	-35.000
Lucro (prejuízos acumulados)	-20.291	-534
Total	-3.291	14.466

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da PPSA, capítulo IX, Artigo 47, inciso II, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

Em 2014, a PPSA apurou prejuízo contábil.

16. Pessoal e encargos sociais

Descrição	2014	2013
Honorário da diretoria	3.469	523
Honorários do conselho de administração	457	50
Honorários do conselho de fiscal	195	35
Salários de empregados	6.332	-
Encargos sociais	3.269	142
Benefícios	92	-
Férias	1.447	-
13º salário	636	-
Total	15.897	750



17. Serviços de terceiros

Descrição	2014	2013
Viagens e hospedagens	307	
Despesas de funcionamento	2.362	
Apoio técnico e administrativo	273	-
Cessão ou requisição de pessoal	815	-
Cursos, seminários e convenções	52	-
Contabilidade e auditoria	168	-
Serviços gerais	142	6
Outros serviços	123	-
Total	4.242	6

18. Resultado financeiro líquido

Descrição	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	903	222
Despesas financeiras	-63	-
Total	840	222

19. Despesa com provisões de IRPJ e CSLL

A PPSA optou no ano base 2014 pela tributação pelo lucro presumido (2013 lucro real). O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.

A base de cálculo do lucro presumido aplicável à Empresa para o IRPJ e CSLL é de 32% sobre a receita operacional bruta somadas às receitas financeiras, utilizando-se as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Descrição	2014	2013
Imposto de renda pessoa jurídica	202	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	81	-
Total	283	-



20. Eventos subsequentes

a) Acordo de Remuneração com o MME

No decurso de 2015, a Empresa deverá celebrar com o MME acordo de remuneração pela gestão dos contratos de partilha. O objeto deste acordo é o de estabelecer a remuneração da PPSA como contrapartida à gestão dos contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural, inclusive parcela que lhe for destinada a título de bônus de assinatura nos respectivos contratos, à gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, e à representação da União nos Acordos de Individualização de Produção de petróleo e gás natural, celebrados entre a PPSA e os detentores de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, sob qualquer regime.

b) Recursos Orçamentários

A Medida Provisória nº 667, de 02/01/2015, aprovou, na forma de crédito extraordinário o aporte de capital no valor de R\$ 6 milhões. Este valor corresponde a 30% do orçamento fiscal do MME aprovado na Lei Orçamentária Anual ("LOA") de 2015.

Oswaldo Antunes Pedrosa Junior
Diretor-Presidente

Renato Marcos Darros de Matos
Diretor de Gestão de Contratos

Edson Yoshihito Nakagawa
Diretor Técnico e de Fiscalização

Antônio Cláudio Pereira da Silva
Diretor de Administração, Controle e Finanças

Mauro Braz Rocha
Gerente de Controle Contábil e Finanças

Paulo Roberto Queiroz de Albuquerque
Contador b - CRC RJ 023.013/O-1
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

Irineu dos Santos
Contador - CRC1SP 257251/O-0 "S" RJ
Mazars Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Sociedade Simples Ltda.